

UNIVERSIDADE VILA VELHA-ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**A VIDA SOB A ÓTICA DOS EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL E
OS DILEMAS ENFRENTADOS NO PÓS-CÁRCERE: UMA ANÁLISE
DE TRAJETÓRIA DE VIDA**

BEATRIZ DE SOUZA DINIZ

VILA VELHA
FEVEREIRO/2022

UNIVERSIDADE VILA VELHA-ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**A VIDA SOB A ÓTICA DOS EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL E
OS DILEMAS ENFRENTADOS NO PÓS-CÁRCERE: UMA ANÁLISE
DE TRAJETÓRIA DE VIDA**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, para a obtenção do grau de Mestra em Sociologia Política.

BEATRIZ DE SOUZA DINIZ

VILA VELHA
FEVEREIRO/2022

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

D585v

Diniz, Beatriz de Souza.

A vida sob a ótica dos egressos do sistema prisional e os dilemas enfrentados no pós-cárcere : uma análise de trajetória de vida. – 2022.

73 f. : il.

Orientador: Diogo Silva Corrêa.

Dissertação (mestrado em Sociologia Política) -
Universidade Vila Velha, 2022.

Inclui bibliografias.

1. Sociologia Política. 2. Prisão (Direito penal). 3. Interação social. I. Corrêa, Diogo Silva. II. Universidade Vila Velha.
III. Título.

CDD 306.2

BEATRIZ DE SOUZA DINIZ

**A VIDA SOB A ÓTICA DOS EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL E
OS DILEMAS ENFRENTADOS NO PÓS-CÁRCERE: UMA ANÁLISE
DE TRAJETÓRIA DE VIDA**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, para a obtenção do grau de Mestra em Sociologia Política.

Aprovada em 21 de fevereiro de 2022,

Banca Examinadora:



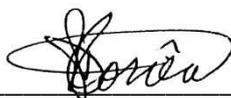
Prof. Dra. Palloma Valle Menezes – IESP/UERJ



Prof. Dr. Frank Andrew Davies – UVV



Prof. Dr. Cesar Pinheiro Teixeira – UVV



Prof. Dr. Diogo Silva Corrêa – UVV
Orientador

Dedico a todos que enxergam a necessidade de mudança no Sistema Prisional Brasileiro e aos egressos do sistema que buscam diariamente a reinserção digna na sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado saúde e sabedoria para passar por cada etapa desse processo de pesquisa. Aos meus pais por terem feito meu sonho se tornar real, não medindo esforços para que eu chegasse até o final, enchendo-me de apoio e incentivo.

Aos meus professores que a cada aula ministrada me presentearam com parte de seus conhecimentos e se dispuseram a ajudar naquilo que fosse necessário a realização deste trabalho. Agradeço ao meu orientador, Diogo Corrêa, por desde o primeiro contato me ajudar a traçar objetivos e caminhos que melhor levariam ao resultado desta pesquisa, proporcionando subsídios e clareando meus pensamentos em todos os momentos de apreensão. Aos meus colegas de turma que com muita alegria fizeram com que nossos dias intensos de aulas se tornassem leves e prazerosos.

Por último, agradeço ao “Álvaro” por ter permitido que eu conhecesse sua história de vida com profundidade, promovendo a minha mudança de perspectiva, e ainda por ter me ensinado o significado de resiliência.

A prisão não rouba apenas sua liberdade, ela tenta privá-lo de sua identidade. Todos vestem o mesmo uniforme, comem a mesma comida, seguem o mesmo emprego do tempo.

Nelson Mandela

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS INDIVÍDUOS E DE SUAS IDENTIDADES	18
3	PRISÃO: ESTIGMA E SUJEIÇÃO CRIMINAL	30
4	UM ESTUDO DE CASO: A TRAJETÓRIA DE VIDA DE ÁLVARO	43
	4.1. Apresentação dos sujeitos de pesquisa e do ambiente em que cresceram....	44
	4.2. Os rumos das histórias	47
	4.3. A perspectiva do egresso.....	50
5	CONCLUSÃO	67
6	REFERÊNCIAS	69

RESUMO

DINIZ, Beatriz de Souza, Universidade de Vila Velha – ES, fevereiro de 2022. **A vida sob a ótica dos egressos do sistema prisional e os dilemas enfrentados no pós-cárcere: Uma análise de trajetória de vida.** Orientador: Diogo Silva Corrêa.

Esta pesquisa tem por objetivo compreender os dilemas enfrentados pelos egressos do sistema prisional no pós-cárcere e as transformações sofridas por estes, a partir de uma análise de trajetória de vida e das interações sociais a que são submetidos ao longo da vida.

Palavras-chaves: sistema prisional, interações sociais, pós-cárcere, trajetória de vida.

ABSTRACT

DINIZ, Beatriz de Souza, University of Vila Velha – ES, february 2022. **Life from the point of view of ex-prisoners and the dilemmas faced in the post-prison period: A life trajectory analysis.** Advisor: Diogo Silva Corrêa.

This research aims to understand the dilemmas faced by ex-prisoners in the post-prison period and the transformations suffered by them, based on an analysis of their life trajectory and the social interactions to which they are subjected throughout their lives.

Keywords: prison system, social interactions, post-prison, life trajectory.

1. INTRODUÇÃO

A partir do momento em que o homem passou a viver em sociedade começaram a acontecer delitos, de modo que junto à evolução do homem, a criminalidade também evoluiu. Entre os povos primitivos era comum a ocorrência de crimes contra a integridade física, a vida e a dignidade sexual. Com o surgimento da propriedade privada, os crimes contra o patrimônio, o Estado, a organização do comércio e as divindades também foram tomando espaço, sendo certo que até hoje novos delitos vem sendo tipificados e abolidos de acordo com a evolução social (ANDRÉ, 2018).

Assim, como forma de garantir a boa convivência entre os indivíduos que compõem a sociedade, tornou-se necessária a criação de normas que regulem as relações sociais (MENEZES, 2014).

Na Antiguidade, período compreendido entre o século VIII a.C ao século V d.C, por não haver um código que regulasse a sociedade de forma efetiva, surgiu a necessidade de criação do cárcere, não como modalidade de pena, mas para aprisionar e proporcionar o domínio físico do sujeito para que a punição fosse exercida (ESPEN, 2020).

Os cativeiros existem desde a época em que os egípcios mantinham seus escravos custodiados. Da mesma forma que no Egito, outros lugares como a Babilônia, a Grécia e a Pérsia encarceraram com o objetivo de manter sob custódia aqueles que seriam torturados por terem cometido atos considerados como delitos ou crimes para a antiga civilização (MENEZES, 2014).

Os lugares destinados ao encarceramento eram sempre descritos como sem iluminação e condições de higiene, como lugares insalubres. Calabouços e masmorras são exemplos de formato de cárcere nos quais os aprisionados adoeciam e até mesmo morriam antes de serem julgados e condenados, pois estes lugares eram apenas um elemento acessório ao processo punitivo que se baseava na tortura física (ESPEN, 2020).

Na Idade Média, de 476 a 1453, acontecia a economia feudal e a supremacia da Igreja Católica, no entanto, o cárcere era mantido como lugar de custódia de criminosos para garantir a execução das punições, consistentes em castigos corporais e pena de morte. Neste período da história, ainda não existia um

local específico para o encarceramento, ou seja, não havia uma arquitetura penitenciária própria, sendo o cárcere apenas um lugar de custódia para aqueles que aguardavam o momento do suplício (ESPEN, 2020).

No período medieval, as punições mais comuns que acarretavam dor extrema e eram vistas pela população como um espetáculo eram a forca, a degola, a amputação dos braços, o suplício na fogueira, queimaduras a ferro em brasa, a guilhotina e a roda (FILHO, 2002 *Apud*, ESPEN 2020).

A Igreja Católica influenciava os sistemas de punições, como por exemplo, o ordenamento das inquisições, também denominada como Santo Ofício, no qual perseguia, julgava e punia pessoas que desviavam sua conduta através de tribunais da própria Igreja. Por essa razão, dois tipos de encarceramento foram criados, o cárcere do Estado, que exercia o papel de cárcere-custódia, usado como método de privação de liberdade enquanto o indivíduo aguardava sua punição, e o cárcere eclesiástico, concebido aos clérigos rebeldes que eram mantidos trancafiados em mosteiros com o objetivo de se arrependerem e se corrigirem (ESPEN, 2020).

Neste período, o intuito da lei penal era provocar o terror coletivo. As pessoas eram subordinadas às vontades dos governantes que determinavam as penalidades a partir do status social do acusado. Não existia a ideia de pena privativa de liberdade, mas apenas a privação de liberdade para fins custodiais (MENEZES, 2014).

Com o passar do tempo, a sociedade já não estava mais aceitando as penas da maneira como estavam sendo aplicadas. Assim, a partir de meados do século XIII, passaram a ocorrer protestos por parte de várias categorias, como juristas, magistrados, filósofos e parlamentares, requerendo a moderação das punições. Com isso, percebeu-se, por um lado, um declínio significativo no número de crimes praticados contra pessoa e, por outro, um aumento na quantidade de crimes contra o patrimônio, motivo pelo qual a justiça passa a dar uma atenção mais severa a estes crimes, provocando a criação do aparelho policial (OLIVEIRA, 1984, *Apud*, ANDRÉ, 2018).

O nascimento do novo Código Criminal Francês em 1810 produziu progressos práticos, vez que houve a supressão da mutilação, a redução das hipóteses em que eram permitidas a aplicação da pena de morte e a permissão dos juízes aplicarem atenuantes nas penas. Ocorre que em diversos países, penas de morte permaneceram sendo aplicadas, de modo que somente na metade do século

XIX os suplícios foram abolidos, surgindo a pena de reclusão (OLIVEIRA, 1984, *Apud*, ANDRÉ, 2018).

Desaparece, destarte, em princípios do século XIX, o grande espetáculo da punição física: o corpo supliciado é escamoteado; exclui-se do castigo a encenação da dor. Penetramos na época da sobriedade punitiva. Podemos considerar o desaparecimento dos suplícios como um objetivo mais ou menos alcançado, no período compreendido entre 1830 e 1848 (FOUCAULT, 1999, p.19)

A Idade Moderna aconteceu entre os séculos XV e XVIII, mas foi entre o final do século XVIII e o início do século XIX que se deu início ao surgimento das “instituições prisionais”, como o objetivo de remodelar o criminoso através do isolamento, visando uma maior reflexão, inclusive, a respeito das causas que o levou a se auto prejudicar e a causar prejuízo a sociedade (MENEZES, 2014).

A forma geral de aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, por meio de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição-prisão, antes que a lei a definisse como a pena por excelência (FOUCAULT, 1999, p. 223).

A prisão se torna um elemento indispensável às formas de punição, pois destaca o seu acesso à humanidade, momento importante da história da justiça penal no mundo. Na transição dos séculos, a legislação passa a descrever o poder de punir como uma função geral da sociedade que é executada por todos os seus integrantes, sendo cada um deles representado de forma igual. No entanto, quando a prisão passa a ser vista como pena por excelência, são introduzidos processos de dominação que caracterizam um tipo específico de poder (FOUCAULT, 1999).

No Brasil, o sistema carcerário e as leis penais sofreram diferentes alterações ao longo da história acompanhando os respectivos momentos políticos. A Constituição Federal e as leis que versam sobre matérias de direito penal e processual penal atualmente são vistas como algumas das mais empenhadas nas questões humanitárias, muito embora, sejam constantemente ignoradas (MIGUEL, 2013).

A primeira codificação de uma lei voltada à execução penal foi em 1933, oportunidade em que foi confeccionado um projeto de Código Penitenciário, mas não foi levada a frente em razão do Código Penal que também estava sendo

elaborado, sendo promulgado no ano de 1940 (MIRABETE, 2006, Apud MARKUS, *et al*, 2020).

Em 1984 foi promulgada a Lei de Execução Penal (LEP) com o objetivo de tratar sobre a execução das penas no Brasil como forma de efetivar as disposições de decisão criminal ou sentença e, ainda, proporcional a integração social harmônica do condenado e do internado (MARKUS, *et al*, 2020).

Por meio dos estabelecimentos prisionais, o Estado concretiza o direito de punir aqueles que em determinado momento da vida praticam atos previstos em lei como crimes. Ocorre que o sistema prisional, em razão da estrutura precária disponibilizada aos apenados, não vem obtendo resultados satisfatórios na aplicação das sanções (FERNANDES, *et al*, 2013).

O encarceramento parece ter sido fixado como o caminho para que o problema da violência do país seja resolvido, como se o ato de prender e tirar das ruas aqueles que cometem delitos fosse a solução para o Brasil (GOMES, 2015). Ocorre que o direito penal deve ser aplicado como *ultima ratio*, ou seja, como última opção quando outros ramos do direito não forem suficientes para manter o controle social e proteger os direitos e garantias fundamentais (MARKUS, *et al*, 2020).

Punir e humanizar são os objetivos da execução penal, de modo que a lei assumiu as premissas na Nova Defesa para Social, com o intuito de minimizar o sentimento de insegurança social e, também, preparar o preso para vida social, vislumbrando a humanização da execução da pena e a prevenção criminal (MIRABETE, 2006, Apud MARKUS, *et al*, 2020).

Entretanto, a população carcerária brasileira enfrenta um crescimento exponencial nas últimas décadas, e o sistema não foi criado para suportar os índices atuais, de modo que a superlotação dos estabelecimentos prisionais em 2019 atingiu o patamar de 166%, conforme dados divulgados pelo Conselho Nacional do Ministério Público (2019).

Inúmeros são os fatores que levaram o sistema carcerário brasileiro ao colapso em que se encontra, como por exemplo, a falta de investimento, o abandono e o descaso do poder público. Conseqüentemente, o instrumento criado com o objetivo de substituir penas desumanas, não tem cumprido seu papel, pelo contrário, tem contribuído para o aperfeiçoamento de criminosos (MACHADO, *et al*, 2013).

A teoria e a prática possuem diferenças consideráveis. A imagem de cadeias lotadas onde os detentos são tratados de forma degradante já está fixada na

memória da sociedade e por essa razão trazem grandes consequências tanto no campo moral quanto no social. Fato é que a maioria da população não mais se interessa por esses acontecimentos e até mesmo não enxergam como um problema social. Com isso, os egressos do sistema prisional acabam sendo inseridos em um ambiente hostil que impõe desafios para reinserção social, de modo que acabam muitas vezes reiterando as condutas criminais que os levaram a prisão anteriormente (MIGUEL, 2013).

O Brasil conta com 906.825 pessoas privadas de liberdade e, ainda, 21.551 foragidos e 314.072 procurados pela justiça com mandado de prisão pendente de cumprimento, conforme identificado pelo Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no mês de abril de 2021. Além disso, segundo o relatório “Reentradas e reiterações infracionais” do CNJ, de março de 2020, a taxa de retorno ao sistema prisional entre adultos é de 42%.

Dentre os países com maior população prisional, o Brasil há anos vem ocupando a terceira posição, sendo ultrapassado apenas pela China e os Estados Unidos, no entanto, levando em consideração o número de presos a cada 100 mil habitantes, o Brasil passa a ocupar o primeiro lugar (GOMES, 2015).

Verifica-se, portanto, que no Brasil as finalidades da pena não são atingidas em sua integralidade, uma vez que os índices de criminalidade permanecem altos e a taxa de reincidência é uma das maiores do mundo, pois os condenados não são ressocializados enquanto presos, através da promoção de políticas públicas incentivadoras de práticas profissionalizantes, sociais e educacionais, ou após sua soltura, por meio da reinserção no meio social e ingresso no mercado de trabalho (MARKUS, *et al*, 2020).

Diante desse panorama, pode-se afirmar que existe uma quantidade expressiva de egressos do sistema prisional em contato com a sociedade sem o aparato necessário para que seja reinserido socialmente, em condições de vida mais favoráveis em relação às anteriores ao aprisionamento (PrEsp, 2013).

São muitos os rótulos criados pela sociedade, e aqueles que passam pelo sistema prisional acabam sendo etiquetados como “bandidos” a partir de leis penais, práticas policiais e até mesmo pela moralidade pública. A sujeição criminal acontece de forma distintiva, na qual a ruptura da normalidade ou da expectativa criada sobre determinado sujeito, tomando como referência as leis penais e a interação social, rotula e assujeita o indivíduo (MISSE, 2010).

A pesquisa em desenvolvimento tem como objeto os dilemas enfrentados no pós-cárcere, a partir de uma análise da trajetória de vida e das transformações sofridas pelo sujeito que em determinado momento de sua vida adulta ingressa no sistema prisional. Com isso, torna-se necessária a identificação das decisões tomadas ao longo do período antecedente ao cárcere que o fizeram futuramente ingressar na prisão, permitindo a compreensão das transformações geradas no sujeito após essa experiência social.

A abordagem metodológica utilizada na pesquisa é a exploratória de natureza qualitativa, visado compreender o objeto de estudo em um contexto social, por meio de levantamento bibliográfico e análise de dados, consistentes em produções e relatórios estatísticos a respeito do tema.

Por essa razão, a primeira parte do trabalho é destinada a abordar os processos de construção social dos indivíduos e de suas identidades, considerando os elementos intrínsecos e extrínsecos que os autotransformam desde a infância até a vida adulta que justificam as tomadas de decisões durante toda a vida.

Prosseguindo, destacou-se a tomada de decisões quando da transição da juventude para a vida adulta que podem levar o indivíduo a entrar no “mundo do crime” e conseqüente prisão, tendo em vista, na maioria das vezes, as desigualdades e vulnerabilidades que o rodeia. Com o fim da restrição de liberdade, iniciou-se uma análise dos dilemas enfrentados por aqueles que passam pelo sistema carcerário e tornam-se estigmatizados e assujeitados por uma sociedade dotada estereótipos.

Por fim, em se tratando de uma pesquisa de inspiração etnográfica, foi escolhido um sujeito de pesquisa que está sendo reinserido na sociedade para um acompanhamento temporal/longitudinal a fim de compreender as constantes transformações ocorridas em sua vida e os dilemas que tem enfrentado na vida pós-cárcere.

Assim sendo, tendo em vista a inspiração etnográfica da pesquisa, dentre as técnicas de produção e análise de dados foram utilizadas a entrevista, a história de vida e a pesquisa documental como forma de efetivação da etnografia traduzida a partir de uma análise de trajetória. Para isso, esta pesquisadora se colocou como sujeito de pesquisa e se juntou a outro, aqui nomeado como “Álvaro”, tendo em vista o cruzamento de suas histórias de vidas e trajetórias, vez que criados no mesmo

ambiente e partilhando da mesma rotina, para que as tomadas de decisões sejam descritas e identificadas como as causas dos rumos de suas histórias.

2. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS INDIVÍDUOS E DE SUAS IDENTIDADES

O cristianismo é um dos marcos do desenvolvimento da ideia de pessoa, momento em que é atribuída ao homem a habilidade de conhecer e escolher, segundo sua própria vontade. A memória, a vontade e o entendimento são características do homem e asseguram uma identidade constante, ainda que durante a vida possam ocorrer mudanças (SILVA, 2006, *Apud*, MACHADO, 2009).

Com base no ideal da antropologia cristã, o homem é capaz de alterar sua forma de agir e com essa autonomia relativa é responsabilizado pela livre escolha. Ocorre que para essas ações sejam realizadas, de forma não automática e não espontânea, é imprescindível a realização de um processo educativo incessante de humanização. O homem é um ser relacional e esta exigência é oriunda da imperfeição e do amor (SILVA, 2006, *Apud*, MACHADO, 2009).

Devido a sua imperfeição, o homem é influenciado a depender dos outros para sua própria subsistência física e humana. O homem procura os outros com o objetivo de ajudar-se a sobreviver e para que vivam bem e em união, ou seja, é um ser relacional com responsabilidades sociais não só para consigo, mas também para os outros. Ele precisa reconhecer e internalizar o sentido da vida e de suas experiências. Assim, o homem pode usar seu conhecimento do dia a dia e escolher como pensar, agir e viver diante das situações em que é submetido pela vida (MACHADO, 2009).

Durante o passar dos anos, em muitos períodos o sujeito acabou sendo apagado enquanto ser existencial e complexo, inclusive, na sociedade moderna que é fundamentada em um ideal regido por um formato de ciência que leva a um pensamento fragmentado e simplificado da vida e dos aspectos que a rodeiam (CÂMARA, *et al*, 2014).

Autores como Edgar Morin e Zygmunt Bauman discutem a sociedade contemporânea e os elementos que constituem o estado de ser do sujeito e do social. Segundo Morin, a história do mundo é baseada no modelo da disjunção, na qual fragmenta e separa as peculiaridades do objeto individualmente para que sua totalidade seja compreendida, dessa forma, o sujeito como objeto de pesquisa deve ser fragmentado para que seja compreendido parte a parte e assim, entendido completamente. Nesse sentido, Bauman concorda ao dizer que é inverossímil que um paradigma fundamentado em um único fator seja capaz de tratar da

complexidade do mundo e abordar a totalidade da experiência humana (CÂMARA, *et al*, 2014).

Assim, nesse processo de fragmentação, dicotomias e disjunção, o sujeito não pode ser abreviado a um organismo que atua através de configurações automáticas, muito embora seja dotado de inteligências e aptidões cognitivas (MORIN, 2010, *Apud*, CÂMARA, *et al*, 2014).

O processo de formação do sujeito tem ligação com os processos de interação instituídos socialmente e, conseqüentemente, com a constituição das identidades dos indivíduos. Isto, pois, quando o sujeito se relaciona com o mundo social, este adquire conhecimentos que o formam. Então, existe uma relação circular, explicada pelo princípio da recursividade, em que cada ciclo jamais é o mesmo, uma vez que se reconstrói quando da construção do novo (MORIN, 2007, *Apud*, CÂMARA, *et al*, 2014).

O resultado dessa relação ocorre por meio do que o indivíduo é, e, pelos elementos que o constitui em determinado momento e espaço. Dessa forma, o sujeito é o resultado de um diálogo entre a objetividade do mundo e a individualidade (CÂMARA, *et al*, 2014).

Bauman, por sua vez, sustenta que a vivência social ocorre por meio de diferenciações e identificações que formam um método de estratificação. Para ele, existem dois polos neste processo, nos quais um deles seria composto por aqueles que participam da hierarquia global emergente, constituindo e desarticulando suas identidades de maneira mais ou menos autônoma. E no outro, estariam aqueles que tiveram a possibilidade de escolha da identidade negada, pois não possuem o direito de demonstrar suas preferências e acabam sendo dominados por identidades impostas por terceiros. Identidades estas que, desumanizam, estigmatizam, humilham e estereotipam (BAUMAN, 2005, *Apud*, CÂMARA, *et al*, 2014).

Segundo Bauman, para que não seja dada ênfase nas diferenças das identidades que acabam ampliando a distinção que estereotipa sujeitos, é necessária a construção de uma identidade através de um processo contínuo que acompanha toda a trajetória de vida. Para a construção dessas identidades, é preciso um trabalho destinado aos meios. O começo não é feito a partir da imagem final, mas por meio de uma série de fragmentos obtidos, devendo então desvendar como juntá-las e reagrupá-las para que imagens agradáveis sejam formadas (BAUMAN, 2005, *Apud*, CÂMARA, *et al*, 2014).

No entanto, Morin, ao discutir sobre disjunção, descreve a importância de que o ser seja tratado como sujeito e não mais como objeto, porém, para que isso ocorra, a ideia de autonomia precisa ser genuína. Através da concepção de retroação e regulação, percebe-se que o sujeito não é determinado em si, mas é causa e efeito que dialogam com causalidades externas, de modo que o “auto” passa a existir, fazendo com o que o ser seja capaz de examinar e calcular dados e informações compreendidas do ambiente, promovendo o ser à condição de sujeito (MORIN, 2007, *Apud*, CÂMARA, *et al*, 2014).

Mesmo sendo promovido a sujeito, para que isto seja suficiente, o sujeito deverá estar liberto das cegueiras do conhecimento, pois quanto mais autônomo, mais dependente ele fica. Além de absorver informações do ambiente que possibilitam ser autônomo, os indivíduos também são acometidos por acontecimento de sua vida. Assim, de acordo com que o sujeito vai se tornando autônomo, este estabelece a sua forma de ser e cria o seu destino (MORIN, 2007, *Apud*, CÂMARA, *et al*, 2014).

Com a construção da autonomia está a necessidade de mudança da consciência, vez que a vida é composta por um emaranhado de relações entre seres e o ambiente, de modo que as ações são reflexivas (MORIN, 2003, *Apud*, CÂMARA, *et al*, 2014).

Portanto, o sujeito é construído e constituído a partir da deliberação entre as diversas vozes que nele permeiam. O nível de liberdade que terceiros dão acabam por oferecer possibilidades de formação do ser enquanto sujeito, assim como as identidades, no entanto, estão sempre passíveis de mudança, especialmente na modernidade líquida (CÂMARA, *et al*, 2014).

A respeito da formação da personalidade, o sociólogo Bourdieu apresenta a concepção de que as configurações de personalidade de agentes individuais são consideravelmente estruturadas pela trajetória experiencial vivida por estes em contextos sociais determinados, com isso, a maneira de “ser-no-mundo” mostra as marcas das condições culturais, estruturais e institucionais que formam sua biografia (PETERS, 2011).

O processo de formação social da subjetividade individual é composto não só pelos elementos motivacionais, como por exemplo, os desejos e intenções explícitas, inconscientes e tácitas, que os sujeitos detectam durante a vida, mas também, os elementos recursivos, quais sejam, as habilidades expressivas,

cognitivas e práticas que proporcionam aos sujeitos a capacidade de interferir nos trajetos do mundo social (PETERS, 2011).

Segundo Bourdieu, a construção socializadora da personalidade individual não é somente restritiva, isto é:

(...) uma fonte de proibições exteriores aos cursos de ação possíveis aos atores, mas também habilitadora, na medida em que fornece a estes um conjunto de recursos com os quais eles tornam-se aptos a contribuir para a reprodução ou transformação das formações sociais mais amplas em que estão imersos (PETERS, 2011, p. 1-2).

Este pensamento é primordial para o entendimento da ideia de que o processo de formação dos indivíduos pela sociedade está ligado ao processo de formação da sociedade pelos indivíduos. Para compreender o referencial teórico de Bourdieu, é necessário entender o *habitus* como mediador do social e o individual, bem como, designador de uma subjetividade socializada que é capaz de construir e reconstruir o mundo social a que está inserido. Dessa forma, ele não desenvolve a realidade social apenas como exterioridade ou interioridade, mas de forma simultânea como interioridade subjetiva e exterioridade objetiva (PETERS, 2011).

O *habitus* descreve o comportamento individual como socialmente constituinte e constituído, além disso, “cumpre o propósito de apontar para o caráter predominantemente tácito ou infraconsciente da operação dos motores subjetivos da ação humana” (PETERS, 2011, p. 02).

Por meio da categoria do *habitus*, Bourdieu destaca a função dos indivíduos na construção e reconstrução do universo social e concomitantemente afirma que o agente não tem acesso reflexivo e consciente, definições externas e internas que o fazem sentir como sentiu, a agir como agiu e a pensar como pensou (PETERS, 2011).

Por muito tempo, a sociologia concentrou seus estudos em grupos, movimentos sociais e instituições, esquecendo os indivíduos como produtos das experiências sociais, como se estes não interferissem no mundo social, mesmo com suas excentricidades, temperamentos e comportamentos, assim, Bernard Lahire se dispôs a realizar uma nova reflexão sobre as relações indivíduo e sociedade (MARQUES, 2016).

Na sociologia, a ideia de socialização trata o movimento pelo qual o mundo social transforma os indivíduos que vivem nele, seja de maneira parcial ou total,

pontual ou sistemática, difusa ou explícita. Considerando primeiramente os indivíduos, pode-se dizer que a socialização é o processo pelo qual um ser biológico é transformado em razão de diferentes interações com outros sujeitos e, ainda, com o mundo material criado a partir da história vivida desde o seu nascimento (LAHIRE, 2015).

Apoiado na obra de Nobeert Elias (1994), Lahire focaliza seus estudos sociais nas configurações históricas que geram indivíduos que contribuem para a existência dinâmica de relações de interdependência. Desde a socialização na infância, a consciência de um indivíduo toma forma por meio das relações de interdependência com outros indivíduos e com os produtos objetivados das atividades humanas, uma vez que os processos de socialização podem ser pensados como transformação de um ser biológico em ser social, em razão do resultado de diferentes interações vivenciadas desde o nascimento e com todo o mundo material produzido ao longo de sua história (MARQUES, 2016).

Assim, o comportamento individual é o produto das relações passadas e presentes de interdependência agindo sobre o indivíduo. Portanto, as práticas dos atores podem ser consideradas como a soma do quadro contextual que pesa sobre os envolvidos com as disposições socialmente constituídas (MARQUES, 2016).

A noção de socialização deve configurar uma conduta empírica e precisa para que sociologicamente tenha utilidade, dessa forma, afirmar que os indivíduos de uma sociedade são socializados ou até mesmo o resultado de uma socialização não é o suficiente para tornar a ideia de “socialização” útil, mas apenas ratifica os pensamentos contrários das noções de homem inatista ou naturalista (LAHIRE, 2015).

Destarte, para que o conceito de socialização não seja considerado inútil, é necessário:

(...) então precisar – descrever e analisar – os quadros (universo, instâncias, instituições), as modalidades (maneiras, formas, técnicas etc.), os tempos (momento em um percurso individual, duração das ações socializadoras, grau de intensidade e ritmo dessas ações) e os efeitos (disposições a acreditar, a sentir, a julgar, a se representar, a agir, mais ou menos duradouras) de socialização (LAHIRE, 2015, p. 03).

A partir desse contexto, Lahire diferencia a socialização primária, que acontece no seio familiar, da socialização secundária, que ocorre nas escolas, nas

instituições religiosas, culturais, políticas etc. É importante distinguir essas categorias em razão das particularidades que envolvem a socialização primária, momento em que a criança está inserida em apenas um mundo, estando dependente afetiva e socialmente dos adultos que os cercam. Cuida-se de um processo prematuro e intenso que permanece por muito tempo sem qualquer concorrência, o que justifica a influência da origem social no que se refere às preferências e comportamentos (MARQUES, 2016).

Não há equivalência entre os diversos momentos de socialização na vida de um indivíduo. Por isso, a sociologia busca distinguir os tempos e os quadros da socialização, diferenciando particularmente a momento que acontece a socialização primária de todo o período que acontece a socialização secundária. Esta separação é necessária, vez que na socialização primária a criança compreende o mundo mostrado como o único existente e conceitual, tendo em vista a dependência socioafetiva com os adultos a sua volta, e não um universo relativo, pois a socialização torna-se precoce e sem comparação (LAHIRE, 2015).

O fato de que a socialização familiar seja ao mesmo tempo precoce, intensa, duradoura e, durante um tempo mais ou menos longo, sem concorrência, explica o peso da origem social (mesmo quando ela é grosseiramente apreendida a partir da categoria socioprofissional dos pais) em um número muito grande de comportamentos ou de preferências estudados (escolares, profissionais, culturais, esportivos, alimentares, estéticos etc.) (LAHIRE, 2015, p. 6).

A diferenciação entre as socializações primária e secundária provoca o questionamento de que a trajetória de vida é a transição do universo familiar homogêneo, permeado por estruturas mentais e comportamentais essenciais, para os diferentes universos sociais que são percorridos posteriormente por um sujeito já constituído e resistente às modificações (LAHIRE, 2015).

Nesse sentido, afirma Bourdieu (1980):

O peso particular das experiências primitivas resulta, na verdade, essencialmente do fato de que o habitus tende a assegurar a sua própria constância e sua própria defesa contra a mudança através da seleção que ele opera entre as informações novas, rejeitando, em caso de exposição fortuita ou forçada, as informações capazes de colocar em questão a informação acumulada e, sobretudo, desfavorecendo a exposição a tais informações” (BOURDIEU, 1980, *Apud*, LAHIRE, 2015, p. 07-08).

A uniformidade do eixo familiar é constantemente presumida e inobservada, por outro lado, a heterogeneidade está sempre presente na configuração familiar, vez que é relativa e carrega contradições e conflitos familiares, de modo que a família não pode ser considerada uma instituição total de socialização. Isto pois a família é constituída de diferentes heranças, até mesmo contrastantes, já que cônjuges frequentemente não concordam com as mesmas propriedades sociais, como por exemplo, origens culturais e sociais, nível de ensino e posição social, de modo que interfere na socialização das crianças (LAHIRE, 2015).

Paralelamente, a transição entre a socialização primária e a secundária é comumente questionada pela ação socializadora muito precoce de ambientes sociais diversos do ambiente familiar, ou até mesmo de agentes externos ao ambiente familiar, por exemplo, o contato entre a criança e a babá, o acesso a creches ou a escola maternal, já nos primeiros anos de vida, de modo que não se pode descartar o processo de socialização desses diferentes ambientes sociais e agentes externos (LAHIRE, 2015).

Muito embora a socialização secundária necessite das disposições sociais construídas no meio familiar, não se pode ignorar a possibilidade de modificação e reorientação dos resultados da socialização anterior, bem como sua habilidade de criar novos comportamentos e disposições mentais (BERGER; KELLNER, 2007, *Apud*, LAHIRE, 2015).

Segundo Strauss (1999), uma pessoa é capaz de mudar de forma considerável durante toda a sua vida, no entanto, a pessoa essencial permanece a mesma, mesmo que danos severos acabem ocorrendo durante esta transição, uma vez que “o núcleo essencial da personalidade é afirmado cedo na vida e as mudanças posteriores são variantes, embora complicadas, da organização inicial da personalidade” (p. 101).

No mesmo sentido, Mead (1967) alega que a personalidade é originada da comunicação, sendo certo que não é possível autoconhecer sem antes conhecer os comportamentos sociais, já que a consciência de si próprio depende dos outros, pois através das interações é possível perceber as expectativas que os outros têm sobre os indivíduos, bem como, a pressão exercida sobre eles (SALGUEIRO, 2016).

Para Mead, o *self* é composto por duas dimensões, quais sejam, o I e o Me, veja-se:

O I é a autoconcepção que temos de nós mesmos e o Me aplica-se àquilo que eu penso que os outros pensam de mim. Os dois não existem em separado. O self tem, num dado momento, que se distanciar de si mesmo para pensar sobre si. O que eu penso de mim e o que eu penso que os outros pensam de mim gera um momento de reflexão crítica (SALGUEIRO, 2016, p. 12).

A interação permite que um conjunto de expectativas, regras e previsões interiorizadas pela comunicação funde uma ordem simbólica, sendo necessário o compartilhamento de experiências. É por meio do processo de socialização que ocorre a internalização do outro generalizado pelo Me, modo pelo qual os indivíduos assimilam as práticas construídas socialmente mais corretas para situações definidas por um grupo social (SALGUEIRO, 2016).

O indivíduo não pode ser considerado o mesmo em todas as circunstâncias em que vive, vez que encena papéis sociais diversos. Goffman, em seus estudos sobre a vida social, enfatiza que uma interação é determinada conforme hierarquias previamente definidas, papéis e expectativas em cada influência recíproca. Assim, uma vez estabelecidas às expectativas de cada interação, o indivíduo passa a controlar a apresentação do seu Eu (*self*), através das impressões prévias para que sejam alcançados objetivos estipulados anteriormente, quer seja de maneira consciente, quer não (MACIEL, *et al*, 2015).

De acordo com Goffman, o papel atuado por um indivíduo depende da interação deste com os outros, de modo que esse papel excede as fases da vida, assim, diante de tantas transições de personalidade que o indivíduo assume ao longo da vida, conclui-se que não existe um verdadeiro eu, pois o indivíduo é o resultado da interação com outros e da imagem que faz dele mesmo, ou seja, desprovido de seus papéis, nada é (ALVES, 2017).

As relações entre antes e depois e entre permanência e mudança, ou seja, o desenvolvimento pode ser definido como um compilado de transformações relacionadas entre si, de modo que devem ser examinadas as mudanças na forma, no ser, no tipo ou no *status* psicológico (STRAUSS, 1999).

Assim, uma transformação, ou mudança conceitual, marca o curso das carreiras do sujeito na vida adulta, tornando-se indispensáveis reavaliações não só do *self*, como também dos eventos, dos atos e dos objetos, sendo certo que quando

a percepção é transformada, esta passa a ser irreversível, uma vez que as avaliações somente serão feitas a partir do novo *status* criado (STRAUSS, 1999).

A transição dos jovens para a vida adulta é considerada um dos momentos cruciais do ciclo da vida, vez que podem acontecer simultaneamente inúmeras mudanças e transformações psicossociais que atravessam as relações do indivíduo com o contexto em que vive (MATTOS, 2013).

A juventude é uma fase da vida culturalmente desenvolvida e dotada de traços sociais e históricos específicos, sendo vista como uma etapa de transformações simultâneas oriundas de demarcações e mudanças socioculturais (ZITTOUN, 2007, *Apud*, MATTOS, 2013).

Estudos sobre a juventude são realizados a partir de uma perspectiva relacionada às condições socioculturais e outra associada ao psicológico. Dessa forma, a primeira perspectiva visualiza a juventude como fenômeno sociocultural, ao passo que a segunda considera a juventude com base na experiência subjetiva (MATTOS, 2013).

Na perspectiva sociocultural, elementos macrossociais e contextuais são essenciais para a compreensão dos processos vividos pelos jovens. Assim, existem fatores determinantes e estruturais no desenvolvimento dos indivíduos nesse momento da vida, quais sejam, a obtenção do primeiro emprego, a constituição de uma família, parentalidade e entre outros, de modo que esses fatores são responsáveis pela concepção das entradas e saídas em determinados papéis sociais (MATTOS, 2013).

Para compreender as maneiras de ser jovem é necessário não só conhecer o modo de ser jovem diante da sociedade, como também, o contexto necessário para que essas maneiras sejam realizadas. Com isso, o modo de elaborar a juventude aborda tanto as condições de vida dos jovens, considerando suas experiências sociais, quanto à forma como a sociedade cria e conceitua esse momento da vida. Entender as experiências dos jovens é identificar o lugar social ocupado por eles, ou seja, onde são posicionados e se posicionam socialmente (DAYRELL, 2007, *Apud*, MATTOS, 2013).

Portanto, identificar o lugar social é primordial para definir os limites e possibilidades em torno dos quais os jovens vão criar sua maneira de ser jovem (MATTOS, 2013). Pesquisas apontam que, no Brasil, a juventude é vivida dentro da família de origem, obtendo estrutura afetiva e material, ademais, um dos elementos

essenciais da juventude é que o estudo e o trabalho são bases da socialização que estão presentes para grande parte dos jovens, com diferentes variações na forma e na qualidade em que são vividos (ABRAMO, 2005, *Apud*, MATTOS, 2013).

A perspectiva da juventude como condição sociocultural indica que ser jovem envolve um processo de inclusão ou inserção do indivíduo em vertentes da vida social e pessoal, caracterizado pela passagem em muitas instâncias de socialização, desenvolvidas histórica e culturalmente, a partir de diferentes maneiras de ser jovem e, ainda, modos do jovem ser posicionado e posicionar-se, bem como manifestar suas experiências e visões do mundo e de si (ABRAMO, 2005, *Apud*, MATTOS, 2013).

No Brasil, estudos associados à perspectiva subjetiva apontam que os jovens brasileiros passam por condições específicas de formação da identidade e de subjetivação, tendo em vista um contexto rodeado de desigualdade social e demandas contraditórias concebidas na esfera da cultura capitalista do consumo que geram modos de inclusão social a partir do consumismo, de modo que essas condições promovem o surgimento de meios instrumentalizados de identificação e subjetivação juvenil (DE CASTRO, 2006, *Apud*, MATTOS, 2013).

Em uma análise das maneiras de ser jovem no país, é preciso que os modos específicos de subjetivação dos jovens sejam considerados como associados às condições de produção das desigualdades sociais no Brasil, sendo certo que essas condições diminuem as possibilidades de os jovens aumentarem seus projetos de vida, estabelecerem suas identificações e tomarem suas decisões (DE CASTRO, 2006, *Apud*, MATTOS, 2013).

(...) Para sobreviverem em meio às dificuldades materiais e existenciais, eles acabam criando visões limitadas de si próprios e de suas oportunidades, que são exteriorizadas na forma de identidades “rígidas” (p.182) ou “encapsuladas” (p.182), tais como o “traficante de drogas”, o “fanático religioso”, o “trabalhador necessitado” (DE CASTRO, 2006, *Apud*, MATTOS, 2013, p. 17).

Estas identificações constituem caminhos curtos e ilusórios para a inclusão social, ligados a ganhos imediatos na sociedade de consumo, como por exemplo, no caso dos traficantes de drogas. No entanto, os jovens são capazes de dar novos significados e expressar suas identidades de forma criativa, bem como os lugares marginalizados que ocupam por meio da música ou de outras formas artísticas (DE

CASTRO, 2006, *Apud*, MATTOS, 2013). Dessa forma, a formação da identidade dos jovens brasileiros está associada às condições socioculturais específicas que fazem parte do contexto sociocultural (MATTOS, 2013).

Cada indivíduo é formado por internalizações diferentes e subjetividades ímpares que o caracterizam e o definem com exclusividade. O ser humano é constituído na diversidade, tendo em vista os processos motivacionais vividos nos diversos contextos culturais e sociais, e ainda, em razão das características individuais de cada um (SANTOS; ANTUNES, 2007).

O conjunto de variáveis que acionam o comportamento do ser humano e conduzem a alcançar um objetivo é denominado motivação. Trata-se de um processo que em razão das relações interpessoais e intrapessoais, cada indivíduo compreende de forma diferente. Desde a infância, as interações com indivíduos diferentes contribuem com a interiorização dos motivos intrínsecos do indivíduo em sua diversidade, a não ser que novas razões extrínsecas se mostrem em novos processos motivacionais internalizados (TAPIA; FITA, 1999, *Apud*, SANTOS; ANTUNES, 2007).

Os processos motivacionais são formados por uma estrutura complexa estabelecida por diferentes componentes, tanto do próprio indivíduo, intrínsecos, quanto de variáveis externas, extrínsecas. De maneira geral, a motivação deve ser compreendida desde a sua singularidade, até a diversidade contextual (SANTOS; ANTUNES, 2007).

A diversidade é encontrada em todas as fases da vida humana, em razão das características pessoais que diferenciam um indivíduo do outro ou devido à instância da vida na qual se encontra ou pelas relações interpessoais. Ademais, a diversidade também pode ser identificada através dos processos motivacionais que são construídos intrinsecamente em cada sujeito (SANTOS; ANTUNES, 2007).

Portanto, a diversidade é entendida como uma consequência no ser humano, vez que se referida a dois sujeitos de formas distintas, esta se torna evidente através da subjetividade de cada um. No entanto, as experiências pessoais afetadas pelo social que definem a formação do ser humano (SANTOS; ANTUNES, 2007).

Além disso, a diversidade em cada indivíduo e de cada um em relação ao outro constitui a probabilidade de criar e diferentes relações interpessoais. A formação de cada pessoa está ligada a todas as ações e experiência cotidianas e a

motivação intrínseca formada desde os primeiros anos de vida. Porém, as circunstâncias da vida e as suas vivências podem ocasionar motivações extrínsecas que podem fazer parte de novas internalizações (SANTOS; ANTUNES, 2007).

Assim sendo, é necessário compreender a vida de forma qualitativa, dando valor às vivências humanas, entendendo o homem como agente de sua existencialidade, através de um processo de desenvolvimento ao longo da vida, assumindo as subjetividades inerentes a cada pessoa (ANTUNES, 2007, Apud, SANTOS; ANTUNES, 2007).

3. PRISÃO: ESTIGMA E SUJEIÇÃO CRIMINAL

Durante a vida, decisões são tomadas e suas implicações totais podem não se tornar aparentes de forma imediata. Muitas das vezes os sujeitos estagnam em um fluxo de frustrações por permanecerem em caminhos que há muito tempo não existem devido a essas decisões. Fato é que o drama cotidiano enfrentado pela grande maioria das pessoas não só permite, como também obriga que estes indivíduos desempenhem papéis que eles mesmos desacreditavam serem capazes de exercer (STRAUSS, p. 1999), assim se dá, por exemplo, a entrada no mundo do crime.

Como relatado por Corrêa (2015), muitas são as razões para que um sujeito no futuro ingresse no mundo do crime, pois variam de caso a caso, no entanto, conforme descrito em sua pesquisa, quase sempre os seus entrevistados demonstravam que fatores como o ambiente em que nasceram, família, violência, condição financeira, entre outros, os levaram, em momento posterior, a ingressar na carreira do crime.

No mesmo sentido, Teixeira (2013) descreve situação similar que corrobora com as afirmativas acima:

Mateus lança mão dos elementos mais comuns das histórias de envolvimento com o crime: uma infância pobre e difícil numa favela carioca, uma adolescência marcada pelas primeiras percepções da privação relativa, e a opção pelo “caminho do crime” para sanar suas ansiedades e sofrimentos (2013, p. 57).

Strauss (1999) destaca que algumas transformações do eu e de perspectiva são estimuladas ou até mesmo planejadas por representantes institucionais e, ainda, que a afiliação a determinada estrutura social ou grupo permanente pode acarretar, de forma inevitável, a mudança de um *status* para outro, o que, conseqüentemente, provoca não só mudanças de comportamento e de ação, “mas também de razões verbalizadas que estão associadas a eles” (p. 110).

Como consequência de decisões e transformações, alguns sujeitos são levados ao cárcere e passam a integrar a Prisão, que no sentido goffmaniano é desenvolvida com o objetivo de “proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato” (GOFFMAN, p. 17), intitulada como instituição total, uma vez que é simbolizada pela barreira à relação social e o mundo externo.

Na sociedade moderna, o indivíduo tende a frequentar lugares diferentes para realizar diferentes atividades, como, por exemplo, dormir, brincar e trabalhar. Porém, no momento em que este indivíduo ingressa em uma instituição total como a prisão, ocorre uma ruptura das barreiras que separavam essas atividades, pois passam a ser realizadas em um mesmo local. Além disso, cada uma de suas tarefas passa a ser desempenhada na companhia de um grupo de pessoas que são compelidas a realizar as mesmas atividades em conjunto em horários rigorosamente estabelecidos por meio de um sistema de regras, visando atender os objetivos da instituição na qual estão inseridos (GOFFMAN, 2019).

Neste contexto, Goffman (2019) afirma:

A instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal; aí reside seu especial interesse sociológico. Há também outros motivos que suscitam nosso interesse por esses estabelecimentos. Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu” (GOFFMAN, 2019, p. 22)

Pensando na prisão como agente transformador de vida, Foucault (1999) a conceitua como “uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo” (p. 223), já que desde o início do século XIX, tratava-se não só de privação de liberdade, mas também de transformação técnica dos indivíduos. Com base nesse entendimento, Foucault se dispõe a afirmar que:

A prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo. Em vários sentidos: deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão, muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização, é “onidisciplinar” (FOUCAULT, 1999, p. 228).

Com isso, as consequências do encarceramento podem ser vistas tanto em relação ao papel do sujeito na sociedade, como também nos impactos em sua subjetividade, pois, quando sai do sistema prisional, o egresso carrega marcas que provavelmente ficarão para sempre (BARROS, 2011).

“A condição de egresso intensifica as condições de vida em que o sujeito vivia antes de ser preso, o que faz pensar na contraditória ideia de querer ressocializar isolando, prendendo” (BARROS, 2011, p. 57). Dessa forma, a vulnerabilidade social é ampliada pela prisão, uma vez que as condições de vida não mudam e acabam até não promovendo transformações que aumentem as possibilidades de escolha desse sujeito (BARROS, 2011).

Na primeira metade do século XX, os efeitos do encarceramento passaram a ser tema de estudos por alguns pesquisadores que investigaram o comportamento da instituição prisional sobre a identidade dos presos (GODOI, 2011).

Em 1958, Clemmer e Sykes analisaram a cultura prisional. Clemmer desenvolveu a teoria da prisionização com o objetivo de demonstrar as transformações que a prisão acarreta sobre a vida de um indivíduo preso. Para ele, o processo de prisionização é sentido, em alguma escala, por todo aquele que passa por uma instituição prisional, de modo que este processo provoca uma reinterpretação geral da vida (GODOI, 2011).

Para que este processo seja classificado, Clemmer indicou os componentes fundamentais, quais sejam:

(...) aceitação da posição social inferior; acumulação da memória de uma infinidade de fatos concernentes à organização prisional; desenvolvimento de novos hábitos de alimentação, vestuário, trabalho e sono; adoção de uma linguagem particular; reconhecimento de que as necessidades fundamentais não podem ser satisfeitas no devido ambiente; e desejo de conseguir um bom trabalho no interior do presídio (GODOI, 2011, p. 142).

De acordo com que esses elementos são identificados no comportamento de um preso, pode-se reconhecê-lo como parte assimilada da comunidade prisional, ou seja, como um indivíduo que foi socializado na cultura da prisão. Clemmer afirma que existem níveis de prisionização, bem como, muitos fatores que definem o alcance e a velocidade do processo para cada sujeito, desde os atributos da personalidade até a duração da pena (GODOI, 2011).

Para o autor, os casos que mais lhe interessavam eram os de prisionização nos níveis mais altos, pois nesse estágio era possível perceber comportamentos antissociais e, ainda, o desenvolvimento de uma ideologia criminal no indivíduo (GODOI, 2011).

Sykes, por sua vez, usou de outros elementos e processos estruturais para discutir o processo de socialização no interior da comunidade prisional. Segundo ele, a cultura da prisão pode ser mais bem identificada através da enumeração e análise das privações provocadas pela vida prisional. Este descreve as dores do encarceramento que são inerentes ao ambiente e indica as características da cultura prisional e do processo de prisionização. Para ele, as bases estruturais da formação de uma cultura e de uma identidade específica ao ambiente prisional são constituídas pelas privações de liberdade, de bens e serviços, de autonomia, segurança e de relacionamentos heterossexuais (GODOI, 2011).

Por outro lado, Goffman procura entender os efeitos socializadores de “instituições totais”, uma vez que o ingresso nesses estabelecimentos provoca desvios na carreira moral do indivíduo que causam a mortificação do eu. Para o autor, carreira moral é o processo de socialização e formação de identidade a partir da interação do indivíduo em diferentes grupos sociais. No entanto, a mortificação do eu pode ser compreendida como mutilações exigidas numa identidade formada previamente (GODOI, 2011).

Para Goffman, com a entrada em uma instituição total, a primeira mutilação do eu é a barreira que isola o interno do meio externo, inviabilizando a obtenção de quaisquer informações a respeito do que acontece na sociedade em geral. Em segundo lugar, ocorre a perda do nome e, ainda, a troca por um número ou apelido, que normalmente provocam humilhação. Outras mutilações que também podem ser observadas é a submissão a procedimentos humilhantes, a perda absoluta de espaços e momentos de intimidade, e do controle sobre atividades (GODOI, 2011).

As mutilações acometidas são substituídas por ajustes secundários que adaptam o indivíduo a ida à instituição para que o mínimo de controle sobre o meio seja conservado. Esse sistema de ajustes é caracterizado por modos ilegais de obtenção de satisfações permitidas, sistemas informais de comunicação e estratégias de obtenção de satisfações proibidas (GODOI, 2011).

Goffman define possibilidades distintas de construção de ajustes secundários, adequando diferentes sujeitos adaptados ao ambiente institucional. A adaptação pode determinar a conversão absoluta do sujeito que se reconhece com os objetivos institucionais ou, por outro lado, pode promover uma acomodação utilitária e passiva que tem por objetivo aproveitar os benefícios percebidos no ambiente interno, pode ocorrer, ainda, uma negação inflexível a todas as obrigações e oferecimentos

determinados pela instituição, ou, ainda, uma o indivíduo pode se tornar indiferente a grande do acontece internamente (GODOI, 2011).

Dessa forma, a prisão é compreendida como um elemento de distorção do processo de formação de uma individualidade que, posteriormente, é acrescida de ajustes secundários, tentativas e esboços de reestruturação identitária, porém, esses esboços são invariavelmente insuficientes para corrigir uma identidade distorcida pela prisão (GODOI, 2011).

Representação é o termo utilizado para referir as atividades de um indivíduo durante um período em que este permanece na presença contínua de um grupo particular de expectadores e que tem alguma influência sobre estes. A interação pode ser vista, por sua vez, como a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações praticadas uns pelos outros (GOFFMAN, 2014).

Então, o modo como os indivíduos enquadram suas atividades vai determinar a maneira de compreender, viver e organizar suas experiências. Todavia, essas possibilidades de enquadramento não são fixas ou únicas, já que qualquer experiência pode ser vista por meio de diferentes tipos de quadros, que vão se relacionar uns com os outros de diversas formas (GOFFMAN, 2012).

As representações sociais são tipos de conhecimento socialmente compartilhados entre diversos grupos que, por meio das suas relações, as produzem e reproduzem, por essa razão, são sociais, uma vez que são originadas de determinado contexto social e são desenvolvidas através de quadros de apreensão que geram sistemas de categorização social, ideologias e valores (VALA, 1986, p. 20, *Apud*, SALGUEIRO, 2016).

Junto às representações, os estereótipos são reproduzidos coletivamente e têm a função de nortear o comportamento, podendo ser vistos como formas de representação social, porém, não são todas as representações sociais que originam estereótipos que são caracterizados por um componente fortemente afetivo e avaliativo que por muitas vezes baseiam a discriminação social. Em contrapartida, quando não incluem categorias de grupos sociais, as representações podem não apresentar algum tipo de estereotipia social, de modo que não provoca fenômenos de discriminação (BATISTA, 2004, *Apud*, SALGUEIRO, 2016).

Normalmente, a sociedade desconsidera a complexidade e a individualidade do ser humano, provocando a sua redução a pré-conceitos formados a partir de suas expectativas. Com isso, ocorre o acréscimo e manutenção de crenças

irrealistas e práticas discriminatórias, tendo em vista a escassez ou até mesmo distorção de informações. Assim, surge a estigmatização como meio de classificação social discriminante, sobressaindo apenas os pontos negativos dos indivíduos, desacreditando-os (STOHLIRCK, 2013, *Apud*, SALGUEIRO, 2016).

O estigma pode ser considerado como a “situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (GOFFMAN, 2019, p. 07) e muitas das vezes ocasiona um efeito de descrédito, podendo ser considerado uma fraqueza, um defeito ou uma desvantagem. Portanto, o termo estigma normalmente é utilizado em referência a algum atributo depreciativo, assim, a sociedade cria formas de categorizar os indivíduos, bem como os atributos vistos como naturais e comuns a cada uma dessas categorias, dessa forma, os ambientes sociais acabam classificando as categorias de pessoas que possivelmente serão neles encontradas (GOFFMAN, 2019).

Existem três tipos de estigma, o primeiro diz respeito às abominações do corpo, ou seja, as deformidades físicas; o segundo refere-se às culpas de caráter individual, normalmente visualizadas em casos de prisão, distúrbio mental, vício, comportamento político radical, entre outros; o terceiro está relacionado aos estigmas tribais de raça, religião e nação, de modo que podem ser transmitidos por meio da genealogia, contaminando todos os integrantes de determinada família (GOFFMAN, 2019).

Identifica-se o estigma quando um indivíduo que deveria ser recebido numa relação social cotidiana de forma fácil possui um traço que acaba impondo atenção ou afastando as pessoas com quem encontra, fazendo com que a atenção a seus outros atributos seja destruída, uma vez que possui determinada característica diferente da prevista pela sociedade de modo geral. Com isso, acredita-se que um indivíduo estigmatizado não seja humano por completo, o que acaba gerando diferentes tipos de discriminações (GOFFMAN, 2019).

O estigma daqueles que passam pelo sistema prisional surge onde há alguma expectativa de que esses indivíduos devem cumprir determinadas normas, no entanto, não conseguem viver de acordo com o que é exigido socialmente a eles. Dessa forma, não importa o que a sociedade admita, pois frequentemente ela não aceita e não está disposta a manter com esses estigmatizados um contato normal (GOFFMAN, 2019).

É na esfera da estigmatização que se encontra a pessoa do apenado e do ex- apenado, indivíduos estes que são excluídos do convívio social por consequência do seu estigma (DA SILVA, *et al*, 2018).

A partir do momento que sua característica é conhecida, o apenado torna-se uma pessoa desacreditada pelo meio social. A sociedade lhe impõe uma imagem desvalorizada e negativa que acaba diminuindo suas oportunidades de vida, tendo em vista a desconfiança e descredibilidade ligada ao seu estigma (DA SILVA, *et al*, 2018).

Os apenados são pré-julgados como pessoas más, perigosas e fracas, motivo pelo qual oportunidades de convívio e interação social não são ofertadas, reduzindo-os a sujeitos inferiores com especificidades depreciativas. A intolerância e a rejeição são grandes ao ponto de o próprio sujeito estigmatizado aceitar o rótulo que lhe foi imputado (DA SILVA, *et al*, 2018).

Com a aceitação da identidade imputada, o indivíduo conduz sua vida para onde lhe é “valorado”, muitas vezes se mantendo na prática delituosa e no ambiente em que vivem seus “iguais” por ser um lugar onde seria notado já que se encontra na mesma posição que os demais (BACILA, 2008, p. 66, *Apud*, DA SILVA, *et al*, 2018).

No momento em que o indivíduo ingressa na instituição carcerária, este se esbarra com outros indivíduos já rotulados, oportunidade em que é iniciado o seu processo de estigmatização, vez que passa a ter contato prolongado e amplo com outros encarcerados que o informam sobre seu estigma, de modo que se transformam em companheiros de infortúnio (GOFFMAN, 2004, *Apud*, DA SILVA, *et al*, 2018).

Com relação ao processo de aprendizagem daqueles que possuem um estigma por ingressarem no sistema prisional, Goffman (2019) afirma:

Nos muitos casos em que a estigmatização do indivíduo está associada com sua admissão a uma instituição de custódia, como uma prisão, um sanatório ou um orfanato, a maior parte do que ele aprende sobre o seu estigma ser-lhe-á transmitida durante o prolongado contato íntimo com aqueles que irão transformar-se em seus companheiros de infortúnio. Como já se sugeriu, quando o indivíduo compreende pela primeira vez quem são aqueles que de agora em diante ele deve aceitar como seus iguais, ele sentirá, pelo menos, uma certa ambivalência porque estes não só serão pessoas nitidamente estigmatizadas e, portanto, diferentes da pessoa normal que

ele acredita ser, mas também poderão ter outros atributos que, segundo a sua opinião, dificilmente podem ser associados ao seu caso (GOFFMAN, 2019, p. 46)

Devido à ambivalência referente à vinculação do sujeito com a sua categoria estigmatizada é possível que aconteçam algumas oscilações na identificação, no apoio e na participação que possui entre seus iguais, uma vez que existirão “ciclos de incorporação” por meio dos quais o estigmatizado passa a acolher as oportunidades peculiares que uma participação intragrupal pode vir a oferecer ou até mesmo rejeitá-las em momento posterior a aceitação (GOFFMAN, 2019).

Com isso, as fases posteriores referentes à carreira moral do indivíduo devem ser procuradas nessas alterações de crença e participação, de modo que se torna essencial a relação do estigmatizado não só entre a comunidade informal, como também, entre as organizações formais a que pertence em razão do seu estigma (GOFFMAN, 2019).

Os indivíduos são capazes de adaptar suas ações aquilo que está acontecendo a sua volta, portanto, o quadro, aqui entendido como um conjunto de perspectivas que orientam as ações e organizam experiências, não organiza somente o sentido dado a determinadas experiências, mas também o envolvimento entre eles. Por essa razão, mesmo nas interações face a face, as instituições podem ser vistas como grandes influenciadoras no comportamento humano, fazendo com que seja importante compreender a relação desse quadro com o mundo (GOFFMAN, 2012).

As causas e os efeitos do estigma são enfrentados quando normais e estigmatizados se encontram face a face, especialmente quando tentam dialogar. Com isso, o estigmatizado acaba se sentindo inseguro em relação ao modo como será identificado e recebido pelos normais, pois surge a sensação de não saber o que os outros estão verdadeiramente pensando dele (GOFFMAN, 2019).

Uma vez que tanto o estigmatizado quanto nós, os normais, nos introduzimos nas situações sociais mistas, é compreensível que nem todas as coisas caminhem suavemente. Provavelmente tentaremos proceder como se, de fato, esse indivíduo correspondesse inteiramente a um dos tipos de pessoas que nos são naturalmente acessíveis em tal situação, quer isso signifique tratá-lo como se ele fosse alguém melhor do que achamos que seja, ou alguém pior do que achamos que ele provavelmente é. (GOFFMAN, 2019, p. 27)

Os problemas enfrentados pelos estigmatizados são encarados não só por eles, mas pelas pessoas que de alguma forma fazem parte de suas vidas, espalhando-se em ondas de intensidade decrescente (GOFFMAN, 2019):

Querida Ann Landers: Sou uma menina de 12 anos que é excluída de toda atividade social porque meu pai é um ex-presidiário. Tento ser amável e simpática com todo mundo mas não adianta. Minhas colegas de escola me disseram que suas mães não querem que elas andem comigo - pois isso não seria bom para a sua reputação. Os jornais fizeram publicidade negativa de meu pai e apesar de ele ter cumprido sua pena ninguém esquecerá do fato. Há algo que eu possa fazer? Estou muito triste porque não gosto de estar sempre sozinha. Minha mãe procura fazer com que eu saia com ela, mas quero a companhia de pessoas da minha idade. Por favor, dê-me algum conselho (GOFFMAN, 2019, p. 39-40, *Apud*, Berkeley Daily Gazette, 1961).

Dessa forma, o ex-apanado é obrigado a lidar, ainda, com o preconceito enfrentado pelas pessoas que ele convive, como por exemplo, familiares e amigos, pois também são estigmatizados por conviverem e se relacionarem com ele, sendo, inclusive, considerados como uma só pessoa (DA SILVA, *et al*, 2018):

Um segundo tipo de pessoa “informada” é o indivíduo que se relaciona com um indivíduo estigmatizado através da estrutura social – uma relação que leva a sociedade mais ampla a considerar ambos como uma só pessoa (GOFFMAN, 2004, p.28, *Apud*, DA SILVA, *et al*, 2018)

O indivíduo que se relaciona com uma pessoa estigmatizada, acaba partilhando do seu estigma e, indiretamente, padece dos mesmos efeitos provocados pelo estigma imposto, já que também passa a ser rejeitada e excluída pela sociedade (DA SILVA, *et al*, 2018).

É o que acontece na sujeição criminal, uma vez que esta pode ser compreendida como um processo de subjetivação e também como o resultado deste. Do ponto de vista da sociedade é como se fosse representado como um mundo à parte, como por exemplo, “o mundo do crime” que representa os indivíduos que o compõem como parte desse mundo, ou seja, como sujeitos criminosos (MISSE, 2010).

Nesse sentido, há um processo de criminalização de sujeitos no qual o crime é componente de sua alma, não são apenas aqueles que cometeram crimes, mas

aqueles que sempre cometerão crimes, de forma que são considerados irrecuperáveis (MISSE, 2010).

Para que ocorra a sujeição criminal é necessário que o curso de ação rompa com as representações de normas sociais e com o núcleo emocional dos agentes sociais no qual estão enraizadas as representações da normalidade, da violência e do crime, pois se trata de um processo de construção de identidades, subjetividades e subculturas. Assim, os sujeitos que praticam algum tipo de infração penal passam a representar certo “perigo”, reforçando a ideia de que este tenha uma subjetividade peculiar, de caráter negativo (MISSE, 2010).

Frisa-se, portanto, que a sujeição criminal é o resultado de um processo social de construção de identidades, subjetividades e subculturas que tem como fatores:

(...) 1) designações sociais que produzem uma específica “exclusão criminal” (através de acusações e incriminações) de agentes que caem na classificação social do que seja delito (crime ou contravenção); 2) atribuições ao agente (baseada na crença de que sua trajetória confirma, nesse caso, regras sociais de experiência) de uma tendência a praticar crimes, isto é, de seguir um curso de ação incriminável, geralmente com a expectativa de que esse curso de ação venha a ter (ou já tenha) regularidade; 3) autorrepresentações, no agente, ou representações nos seus familiares, ou mesmo nos seus grupos de referência ou na comunidade em que vive, que ora demandam ou tentam “justificar” ou “explicar” suas práticas e escolhas individuais, ora as atribuem à sua singularidade ou concluem pela impossibilidade dessa justificação (MISSE, 2010, p. 24-25).

Assim, inexistindo quaisquer desses fatores, exclui-se o indivíduo da hipótese de sujeição criminal, mesmo que permaneça a situação de incriminação, vez que aqueles eventualmente incriminados nem sempre incorporam na sujeição criminal, pois as práticas criminais não a produzem necessariamente. Ou seja, a sujeição criminal não existe sem a incriminação, ao passo que a incriminação pode existir sem a sujeição criminal (MISSE, 2010).

A distinção entre “bandidos” e não bandidos que diferencia a sujeição criminal da incriminação:

O significado de “bandido”, embora remeta a “integrante de um bando”, ganhou autonomia individualizante, passou a ser aplicada ao agente cuja sujeição criminal já está em curso ou que se considera consolidada. Na representação jurídica, a

“reincidência” poderia aparecer como um indicador dessa distinção, e geralmente o é, mas não é suficiente. Pode haver reincidência criminal e não haver sujeição criminal, como pode haver sujeição criminal sem reincidência judicialmente registrada (MISSE, 2010, p. 28).

Em síntese, a diferença é identificada através do destaque dado ao sujeito, no caso da sujeição criminal, tendo em vista a ideia de que o agente é subjetivamente ligado à transgressão, ao passo que no caso da incriminação, o destaque é dado à transgressão e que ela não está ligada subjetivamente ao agente (MISSE, 2010).

Torna-se evidente que para haver sujeição criminal não basta que a subjetividade do agente esteja ligada a uma expectativa de reiteração de condutas criminais. Assim, é indispensável também que esse liame aconteça em determinadas condições sociais que especificarão de forma estigmatizada quais são os sujeitos passíveis de sujeição criminal, vez que retira o indivíduo de seu contexto social comum e transfere-o para um lugar de exclusão criminal (MISSE, 2010).

No caso de alguns egressos do sistema prisional, fatores intensificadores não faltam como: o não acesso aos direitos sociais, a falta ou baixa escolarização, pobreza, baixa qualificação profissional atrelada ao subemprego e/ou desemprego; a habitação em áreas de risco, o uso de drogas e conflitos no âmbito familiar. (LOPES, 2013, p. 78)

Nesse sentido, para que ocorra a sujeição criminal é necessário que alguns tipos de curso de ação, classificados não apenas como divergentes, desviantes, problemáticos ou ilegais, mas denunciados como criminais, até mesmo pelo próprio agente, sejam reiterados na expectativa social pelo agente. Além disso, os tipos de curso de ação devem concentrar significações que rompam com as representações de normas válidas em grande escala, bem como, haja a ruptura ou ameaça de romper com o núcleo emocional dos agentes sociais no qual incidam as representações sociais da normalidade, da violência e do crime (MISSE, 2010).

Junto aos rótulos criados pela sociedade, é possível encontrar estereótipos que marcam os indivíduos e os diferencia de todo restante, são determinados “tipos sociais” de agentes marcados pela pobreza, pela cor da pele e pelo estilo de vida, são fatores sociais que acabam acumulando desvantagens em determinados segmentos da população, o que levam a não serem vistos como apenas “criminosos”, são, ainda, “violentos”, “marginais”, “bandidos”, como se houvesse uma presunção de culpabilidade, de modo que outras pessoas podem cometer os

mesmos atos criminosos, mas se não fizerem parte deste estereótipo, já saem ganhando em seus julgamentos. A sujeição criminal acontece de forma distintiva, na qual a ruptura da normalidade ou da expectativa criada sobre determinado sujeito, tomando como referência as leis penais e a interação social, rotula o indivíduo (MISSE, 2010).

As pessoas que possuem um estigma particular acabam passando por experiências de aprendizagem semelhantes com relação a sua condição, bem como sofrem mudanças semelhantes na concepção do eu (GOFFMAN, 2019).

O processo de socialização entre estigmatizados e normais é constituído de fases, um deles é aquela em que a pessoa com estigma aprende e incorpora o modo de ver dos normais, de modo que adquire as crenças da sociedade sobre a identidade e, ainda, uma ideia do significado de ter um estigma particular. Na outra fase, ela aprende detalhadamente que tem um estigma particular e as consequências de tê-lo. A sincronia e interação dessas fases da carreira moral estabelecem as bases para um incremento posterior, fornecendo formas de distinção entre as carreiras morais disponíveis para os estigmatizados (GOFFMAN, 2019).

Tendo em vista o descrédito formulado pela sociedade, o indivíduo estigmatizado é obrigado a escolher entre a sinceridade e o decoro no momento de se apresentarem perante a sociedade. Na maioria das vezes optam pelo decoro, encobrendo o descrédito frente à sociedade para que sejam vistos com respeitabilidade, escondendo sua passagem pelo sistema carcerário, pois sabe que se o passado for revelado, sua reintegração social enfrentará muitas dificuldades (GOFFMAN, 2004, *Apud*, DA SILVA, *et al*, 2018).

Por outro lado, às vezes o indivíduo é levado a revelar publicamente sua identidade como “mau” ou se torna indiferente ao rótulo negativo que lhe é atribuído. Em situações de desconfiança recíproca, a imposição pelo medo acaba sendo uma das maneiras universais de demonstrar poder (MISSE, 2010).

A saída da prisão gera no indivíduo elementos coercitivos sociais e psicológicos. Assim, quando são reinseridos no convívio social, os egressos enfrentam uma série de desafios e sentimentos, além de demandas e dúvidas, sem qualquer referência para encarar todas estas situações, pois a passagem pela prisão torna-se um fator de exclusão, que pode ser intensificada de acordo com o nível de vulnerabilidade vivido por estes sujeitos. Por essa razão, é imprescindível olhar tanto

a experiência prisional do egresso quanto a trajetória de vida anterior ao cárcere (LOPES, 2013).

Considerando o homem como um ser social que está em constante interação, pode-se afirmar que este vive em constante troca e, conseqüentemente, em constante transformação. No entanto, essas interações são capazes de produzir estigmas que transformam a concepção do eu e causam efeitos não só no indivíduo estigmatizado, como também naqueles que vivem a sua volta.

Enxergar um indivíduo como inapto para vida social plena em razão de um atributo ou estereótipo é reduzir o seu mundo, muitas vezes a uma esfera na qual somente estão incluídos indivíduos com as mesmas características, tirando-o de um contexto social comum, ocasionando a exclusão social.

É o caso dos egressos do sistema prisional que tem suas vidas transformadas a partir da experiência social que vivem dentro dessa instituição total e são reinseridos socialmente sem qualquer preparo para enfrentar o estigma criado pela sociedade e até mesmo, em alguns casos a sujeição criminal.

Conclui-se, portanto, que a parcela da sociedade que segue as normas de comportamento criadas pela consciência coletiva tem criado uma rede de sujeitos estigmatizados e/ou assujeitados, transformando não só a forma como o sujeito enxerga o outro, mas também, como o próprio sujeito enxerga a si mesmo e como atua a partir disso, uma vez que a forma como enquadra suas atividades vai determinar a maneira de compreender, viver e organizar suas experiências.

4. UM ESTUDO DE CASO: A trajetória de vida de Álvaro

O presente trabalho é baseado em uma inspiração etnográfica, desenvolvido a partir do acompanhamento de um sujeito egresso do sistema prisional. Este sujeito de pesquisa foi escolhido em razão da proximidade entre ele e esta pesquisadora que fez e ainda faz parte de sua trajetória de vida.

O primeiro contato realizado com o sujeito foi em 20.07.2020 por meio de contato telefônico, oportunidade em que foi explicado o motivo do contato, apresentando minha proposta de trabalho e linha de pesquisa e, ainda, questionando se ele estaria disposto a contribuir com o trabalho, contando suas experiências. O convite foi aceito sem qualquer hesitação e Álvaro se mostrou desde início muito interessado e disposto a ajudar na construção do trabalho.

Tendo em vista a pandemia do COVID-19 em que algumas medidas sanitárias foram implantadas, como por exemplo, o distanciamento social, como forma de mitigar a propagação do vírus, o desenvolvimento da pesquisa foi realizada em sua grande maioria de forma digital através de contatos periódicos com o sujeito de pesquisa por meio de ligações telefônicas, troca de mensagens no *Whatsapp*. Apenas três encontros presenciais foram realizados, de modo que nessas oportunidades os envolvidos utilizaram máscara, álcool em gel e ainda se mantiveram em distância segura.

Durante os contatos, foi possível perceber a diferença na aproximação entre entrevistado e entrevistador, uma vez que Álvaro se mostrou muito mais confortável em falar sobre sua trajetória nas conversas que ocorreram presencialmente. Nas conversas por meio telefônico havia sempre uma hesitação por parte do entrevistado, por medo de que seu aparelho celular pudesse estar sendo interceptado pelas autoridades policiais.

Inclusive, durante dois meses de acompanhamento não consegui contato com Álvaro, pois o número pelo qual nos falávamos não estava recebendo ligações e nem mesmo mensagem. Foi um momento desesperador da pesquisa, até que ele entrou em contato comigo através de uma rede social e passou o novo número de telefone, deixando claro que a mudança foi em razão de “pessoas indesejadas terem conseguido o número antigo”.

Sendo assim, o cuidado foi redobrado para que o entrevistado pudesse se sentir confiante em narrar suas histórias. Muitas das vezes assuntos foram interrompidos em razão dele perceber que “era melhor não tocar nesse assunto por

telefone”. No entanto, todas essas quebras de comunicação foram anotadas nos relatórios para que na oportunidade em que a conversa fosse realizada presencialmente, esses assuntos fossem retomados e finalizados.

Ressalta-se que todas as falas e informações aqui transcritas foram autorizadas pelo entrevistado e que devido ao tipo de conteúdo coletado, os nomes reais dos personagens foram preservados e, ainda, que o acompanhamento do sujeito de pesquisa foi encerrado em 27/09/2021.

4.1. Apresentação dos sujeitos de pesquisa e do ambiente em que cresceram

Álvaro, nascido em 1990, barbeiro e motorista de aplicativo, preto, vem de uma família humilde em que o sustento vinha do trabalho de motorista de caminhão desempenhado pelo seu pai e a atividade de empregada doméstica desenvolvida por sua mãe. Sua família também é composta por duas irmãs mais velhas.

Eu, Beatriz, nascida em 1994, advogada e pesquisadora, branca, venho de uma família sustentada pelo trabalho de policial militar desempenhado pelo meu pai. Minha família também é constituída por uma irmã mais velha e minha mãe que dedicou a vida exclusivamente ao cuidado dos filhos e dos afazeres domésticos.

Nossas histórias se cruzam em razão da localidade em que nascemos. Com apenas quatro anos de diferença, nascemos e fomos criados na comunidade denominada como “Morro do Cristo” localizada no centro da cidade de Itaperuna, interior do Estado do Rio de Janeiro. O nome da localidade foi dado devido à existência de uma estátua do Cristo Redentor no ponto mais alto do morro.



Figura 1 - Cristo Redentor de Itaperuna/RJ (Acervo Pessoal da autora)

O desenvolvimento do território do município de Itaperuna está ligado à dinâmica econômica que ao longo do tempo foi se consolidando. Um dos marcos importantes na formação do espaço urbano foi a economia do café acrescida da construção das ferrovias que a partir de 1880 promoveram o grande crescimento econômico e demográfico da cidade (DOS SANTOS; DURÕES, 2017).

A cidade foi desenvolvida ao longo da estrada de ferro e às margens do rio Muriaé, ocorre que a população pobre, composta em sua grande maioria por escravos/livres e camponeses, foi se espalhando e fixando moradia ao pela margem direita do rio. Assim, para que ricos e pobres não se relacionassem no mesmo espaço, a elite, por meio de influência política, proibiu que casas simples fossem construídas próximas as residências da população considerada elite (DOS SANTOS; DURÕES, 2017).



Figura 2 - Vista do Cristo Redentor da cidade de Itaperuna/RJ (Acervo Pessoal da autora)

No centro da cidade é perceptível a segregação residencial existente dentro de uma mesma zona urbana, pois na parte baixa são localizados edifícios comerciais e prédios residenciais de alto padrão, ao passo que na parte alta da margem direita do rio, ou seja, no Morro do Cristo, existem casas simples e sem alto valor imobiliário (DOS SANTOS, 2018).



Figura 3 - Morro do Cristo - Itaperuna/RJ (Acervo Pessoal da autora)

Os moradores do Morro do Cristo relatam que a formação do bairro se deu por pessoas vindas da zona rural a partir da crise do café, que passaram a fixar residência no bairro em razão do baixo custo dos terrenos, bem como por negros que passaram a viver ali após a escravidão, de modo que o próprio poder público municipal denomina o Morro do Cristo como área de vulnerabilidade e risco social (DOS SANTOS, 2018).

Foi nesta localidade que nos conhecemos e por muitos anos brincávamos todos os dias e frequentávamos a mesma igreja. Nossas famílias estavam sempre juntas nas celebrações dos cultos que aconteciam três vezes na semana e por essa razão participavam da vida pessoal uns dos outros.

Crescemos em um ambiente marcado pela criminalidade, onde há muito tempo vem sendo alvo de operações policiais devido à organização criminosa instalada ali com o principal objetivo de promover o tráfico de entorpecentes na cidade e em todo noroeste fluminense. Assim, esta localidade sempre esteve nos noticiários em razão das práticas criminosas ali existentes, que iam desde o tráfico de drogas até homicídios decorrentes de disputas entre facções criminosas.

Com isso, era totalmente “normal” em meio as nossas brincadeiras diárias nos depararmos com a movimentação dos integrantes da organização criminosa que

ostentavam, mesmo à luz do dia, armas de todos os tamanhos como se estivesse promovendo a “segurança” dos residentes no local, mas, na verdade, era muito mais que isso, o que só viemos a entender anos depois. Naquele tempo, era muito comum que as crianças se juntassem após a saída da escola para realizarem “brincadeiras de rua”, muito embora os pais tivessem ciência do que acontecia a nossa volta, todos os habitantes da localidade viviam com naturalidade em meio a criminalidade.



Figura 4 - Marcas da facção criminosa predominante no Morro do Cristo em Itaperuna/RJ (Acervo Pessoal da autora)

4.2. Os rumos das histórias

Com o passar dos anos, as brincadeiras foram dando lugar a várias responsabilidades estudantis e trabalhistas que tomavam grande parte do nosso tempo, fazendo com que, conseqüentemente, nosso contato fosse diminuindo, mas continuávamos nos encontrando nas reuniões religiosas, mesmo que com uma frequência menor.

No final do ano de 2012, ocorreu o nascimento do primeiro filho de Álvaro, que em razão da responsabilidade naquele momento adquirida, passou a trabalhar como barbeiro para promover seu sustento próprio e de sua família. Então, em 2013, dei início a graduação em direito e em abril do mesmo ano recebi a notícia de que Álvaro havia sido preso, aos 22 anos, por estar guardando armas em sua residência. Essa notícia foi uma surpresa para minha família e, ainda, para os membros da

igreja de que fazíamos parte. Por mais que a prisão tenha durado apenas uma semana, o desespero de sua família atingiu a todos que tinham carinho por aquela família.

Logo após sua soltura, Álvaro parou de frequentar a igreja, gerando preocupação nos membros da congregação e em sua família, que todos os dias pedia oração por sua vida. A partir deste momento perdi ainda mais o contato com ele, de modo que raramente o encontrava e tinha a oportunidade de conversar, ainda que sua mãe sempre tentasse manter a todos informados dos caminhos que a vida de seu filho estava tomando.

Então, em 2014, fomos informados de que Álvaro seria pai pela segunda vez, o que de certa forma acalmou o coração de muitas pessoas, pois gerou a ideia de que ele estava empenhado na constituição de sua família, uma vez que não escutávamos mais comentários sobre a sua interação com práticas criminosas. Neste ano comecei a trabalhar no Judiciário Estadual e fui designada a desenvolver minhas funções na Vara Criminal da cidade, bem como dei início a Licenciatura em Letras.

Dois meses antes do nascimento de seu filho, Álvaro foi surpreendido com uma prisão temporária, com prazo de 30 dias, por supostamente estar associado ao tráfico de drogas na localidade. Lembro-me das pessoas contando o quanto a prisão foi desesperadora para todos que presenciaram, pois ocorreu pela manhã e sua companheira à época, grávida de sete meses e com um bebê de menos de dois anos de idade, totalmente atordoada tentava conter os policiais de realizarem a prisão, o que comoveu toda a vizinhança. Mais uma vez a família sofreu um grande abalo, no entanto, a prisão não foi prorrogada nem mesmo convertida para prisão preventiva, fazendo com que fosse solto após o cumprimento dos trinta dias.

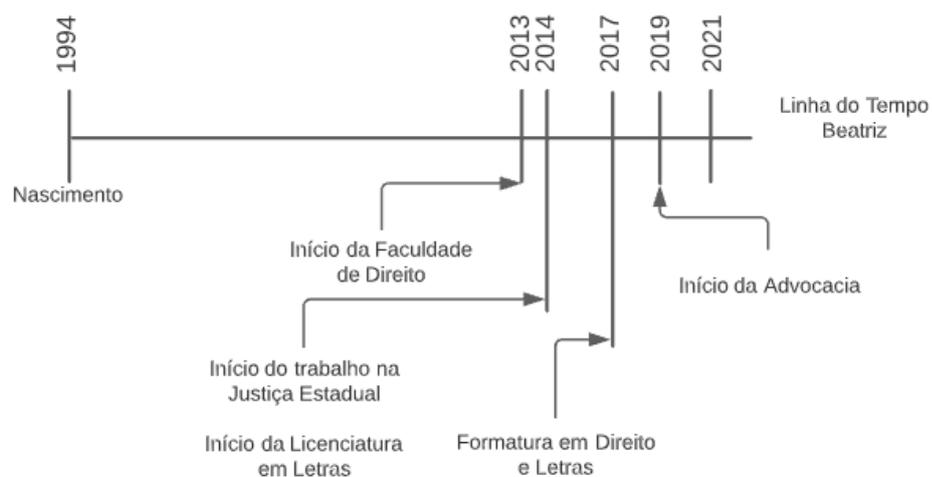
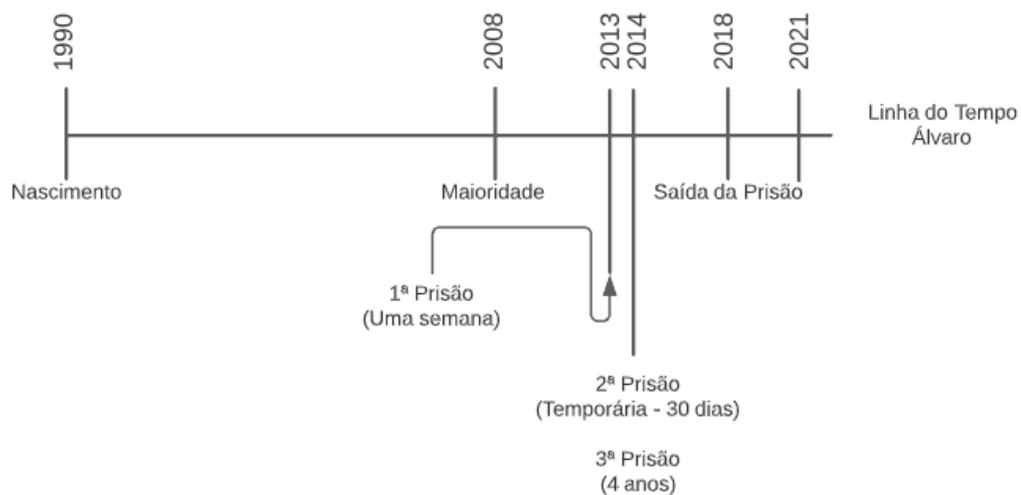
Em outubro do mesmo ano foi realizada operação policial em combate ao tráfico de drogas na cidade, oportunidade em que foram cumpridas dezenas de mandados de prisões preventivas e mandados de busca e apreensão, quando mais uma vez Álvaro foi preso sob as acusações de estar envolvido com o tráfico de drogas da região, o que levou perda de sua liberdade por quase quatro anos completos, vez que somente saiu do cárcere no final do ano de 2018.

Durante esse tempo da prisão, pude acompanhar de perto o desespero de sua família que me procurava regularmente com o objetivo de receber informações

acerca da situação de “Álvaro”, vez que eu tinha acesso aos dados por trabalhar no judiciário naquele período.

No final de 2017, formei-me nas duas faculdades e continuei exercendo minhas funções no Judiciário concomitantemente a função de professora, o que permaneceu até o final de 2019, oportunidade em que dei início a minha carreira na advocacia.

Para melhor visualização dos fatos, segue linha do tempo sintética:



Atualmente, Álvaro está em liberdade e concordou em conversar comigo a respeito de suas experiências no sistema prisional e os efeitos que trouxeram para sua vida, o que será demonstrado a seguir.

4.3. A perspectiva do egresso

As conversas entre mim e Álvaro foram divididas em vários momentos com focos diferentes para que todos os períodos de sua vida fossem abordados e sua perspectiva a respeito dos acontecimentos fosse identificada.

Como narrado anteriormente, a localidade onde Álvaro foi criado tem destaque negativo em razão da criminalidade que envolve o lugar. Por isso, ainda criança várias situações foram vistas e desde muito novo era possível identificar determinadas condutas como certas ou erradas:

Desde pequeno a gente já via muita coisa errada acontecendo, se eu falar que não estaria mentindo, tipo, foi muitas coisas, não da parte da minha família, mas da parte de amigos, de pessoas mais próximas. Vi muita coisa que não deveria, armas, drogas, violência, muita coisa que, sei lá, querendo ou não influenciou também, mas é o que a gente quer né, o que mais concentra pra gente é o que a gente quer, o que a gente pretende fazer no futuro. E eu aprendi uma coisa e acabei fazendo totalmente outra, entendeu? Essa que é a realidade. Era confuso, a gente saía pra jogar bola na rua, olhava pra cima de uma laje e tinha um cara com fuzil mexendo com a gente. Não mexendo de um jeito ruim, só cumprimentando mesmo, como se aquilo fosse normal. Eles ainda falam “tamo aqui na luta pra vocês poderem brincar.” Vi gente entrar em lugares e não sair mais, só escutava os “pipocos”, às vezes até gritos, mas a gente vivia normalmente. Quando dava polícia que a gente não podia sair pra rua, porque podia ter troca de tiros no meio da rua, né. Foram várias situações.

Nesta fala, percebe-se que, mesmo que a intenção da pergunta não tenha sido julgar sua experiência na maioridade, mas sim, sobre o ambiente em que viveu durante a infância, ele mesmo já identificou o ambiente em que vivia como um fator que influenciou decisões que foram tomadas posteriormente, porém, não descartou em nenhum momento a “culpa” de sua consciência.

Ao mesmo tempo em que Álvaro narra situações assustadoras que foram presenciadas durante a infância, com episódios de violência e diferentes práticas criminosas, ele também mostra o quanto a criminalidade não atrapalhava o ritmo de vida da comunidade e garante que sua infância foi muito boa, um sonho para qualquer criança:

Minha infância foi muito boa, foi bem vivida, acho que todo adolescente e criança queria viver do jeito que eu vivi, porque eu fiz tudo o que uma criança queria fazer, entendeu? Mas, não tenho nada do que falar da minha infância não. Meus pais

foram bem corretos comigo. Me levavam para igreja, mostravam o que era certo e o que era errado. Nunca me maltrataram, pelo contrário, faziam de tudo por mim, se matavam de trabalhar, recebi e recebo ainda muito amor deles.

A infância de Álvaro é lembrada por ele como sendo muito boa, justamente por ter tido uma família que se preocupasse com o seu crescimento e segurança, mesmo em meio a tantas coisas ruins que o cercavam, por isso, o assunto “família” reiteradamente era abordado em nossas conversas, dada a importância desta em sua trajetória.

Na adolescência, como a grande maioria dos garotos, Álvaro tinha seus sonhos profissionais e buscou de várias formas de achar caminhos que o levasse a um futuro de prosperidade, nunca teve como objetivo a entrada no mundo do crime:

Eu tinha sonhos, com certeza, todo homem sonha em ser jogador de futebol, né, começa por aí, mas quando não deu certo eu procurei outras coisas, eu sou barbeiro. Aprendi a cortar cabelo bem cedo, já vai pra mais ou menos 10 anos que eu estou nessa profissão, na verdade. E outras coisas também, eu andei fazendo bastante curso profissionalizante e tal que devido o tempo me desanimou, as coisas que foram acontecendo também, o tempo comeu tudo, sei lá. Não é o tempo né, foram as escolhas, entendeu? Eu nunca quis ser considerado bandido. Eu só queria das condições pra minha família e eu busquei muito isso. Acabei me perdendo no meio do caminho, só que eu não cresci com essa ideia na cabeça. Eu via amigos meus que tinham orgulho de dizer que o pai estava preso, que o pai era bandido, que o morro um dia ia ser deles. Chega me dar pavor, meu corpo arrepia de pensar uma coisa dessas. Os que falavam isso ou estão presos ou já foram mortos, é o preço que se paga.

A busca por melhores condições de vida muita das vezes leva a tomada de decisões que dão a falsa sensação de melhora de vida, de facilidade. Essa não é apenas a história de Álvaro, mas também de muitos outros egressos e ingressos do sistema prisional que foram influenciados por pessoas de seu convívio a praticarem determinadas condutas:

As condições pesam muito, às vezes a gente passa por certo tipo de coisa que ninguém vê, que ninguém sabe, entendeu? A gente acaba entrando em certos tipos de situações que no caso que aconteceu, é difícil de reverter. É com quem a gente anda né, é aquele ditado, diga com quem tu andas, que direi quem tu és. A gente escuta isso a vida toda, mas só dá valor quando a gente percebe isso, quando isso acontece com a

gente. Mas não é as pessoas que estão do nosso lado que influencia quem a gente vai ser, ninguém me obrigou, isso é a gente mesmo, isso pra mim eu não vou usar como desculpa nunca, no meu caso foi eu mesmo, eu que quis o que me ofereceram. Às vezes por a gente querer ganhar uma “merrequinha” a mais ou a menos, a gente acaba ficando sem saída depois. Às vezes a gente fica pensando que vai ser facinho, vou ali arrumar 10, 20, sei lá 30 reais, e depois vai acabar, só isso só, mas nunca é só isso, cada vez mais a gente vai só se aprofundando, cada vez mais só vai se entrelaçando nesse labirinto, que é um poço sem saída, uma lama suja na verdade. Tipo, parece que o inimigo cega a gente de uma forma que a gente não percebe, aí faz da gente o que quer.

Muito embora ele tenha a consciência de que foi influenciado pelas pessoas com quem andava, ele não as culpa pelo ocorrido, entendendo a diferença de influenciar e obrigar. Álvaro assume completamente a responsabilidade pelos seus atos e mais uma vez mostra que não queria ter ido a fundo, mas que os acontecimentos fizeram com que ele cada vez mais fosse aprofundando no crime.

Álvaro nunca teve orgulho de ser visto como criminoso, orgulho de estar envolvido com uma organização criminosa, por isso, fazia de tudo para esconder seu envolvimento dos seus familiares, sentia-se envergonhado por suas ações:

Quando eu comecei eu escondia da minha família com certeza. Meu Deus do céu, até hoje se eu falar pra você que vou fazer uma coisa errada, se minha mãe descobrir, minha mulher descobrir, eu fico doido da cabeça. Eu não sou o mesmo cara, então eles são fundamental de esconder deles primeiramente, porque quem tá do outro lado não esquenta muito a cabeça né, mas eles são a primeira pessoa que a gente não quer deixar saber de nada. Tinha vergonha de estar naquela vida. Se perguntar a gente mente, a gente fala que é outra coisa, que é dinheiro dali, que é dinheiro daqui. Mas igual minha mãe sempre falava pra mim, que mãe é mãe. Mãe sente, e ela sentia de verdade, ela falava que sempre sentia. Eu chegava dentro de casa, ela olhava pra mim, eu olhava pra ela, e ela só balançava a cabeça. Eu falava “não mãe, tá tranquilo”. Ela falava “que tranquilo o que, tem alguma coisa errada aí”. E tentando empurrar com a barriga, até chegar certo tipo de tempo que a gente acaba acontecendo o que a gente menos espera, que é parar lá dentro, essa que é a verdade. Mas em relação a eles, eu nunca deixei eles descobrirem nada disso, nada.

A entrada na prisão foi o marco para que as pessoas de fora soubessem de seu envolvimento com o crime. No entanto, durante nossas conversas pude

perceber que a sua primeira prisão em grande parte dos momentos é desconsiderada por ele, como se não enxergasse naquele momento que já estava envolvido no crime, de modo que quando eu me referia ao momento em que ingressou no mundo do crime havia sempre uma divergência temporal. Para ele, a entrada no sistema prisional e a entrada no mundo do crime são coisas totalmente diferentes, em razão das circunstâncias que o levaram a ser preso no primeiro momento:

A primeira foi em 2011 ou 2012, não lembro direito o ano dela, foi por aí, eu já era de maior. Na verdade, acho que já tinha até mais de 19 anos, aí eu fiquei pouco tempo nessa, saí por pedido de liberdade. Há pouco tempo atrás que saiu a condenação dessa prisão que foi em serviço comunitário. Na primeira prisão eu estava tentando ajudar uma outra pessoa, e olha que eu ajudei sabendo que ele poderia ser preso. Na verdade, eu fui preso no lugar dele. Ele falou assim “guarda pra mim essas armas que daqui a pouco eu pego com você”. Só que esse daqui a pouco foi daqui a três dias, aí no outro dia, assim que ele me deu, eu falei que não posso. Aí ele disse: por favor, mano. O cara implorou, faltou pouco ajoelhar na minha frente. Aí você vê um criado com você, um irmão praticamente, te pedindo um favor e você sem saber o que fazer, e você não quer passar por isso também, aí você acaba, sei lá, eu fui fraco, fui mente fraca, acabei tentando ajudar e acabei me atrapalhando. No outro dia teve uma operação que foram na casa dele, desse cara que me pediu um favor, no caso seria ele, não seria eu. Não acharam nada com ele. Apareceu uma denúncia do nada, com dois dias eu guardando essas coisas pra ele, foram na minha casa e acharam, não teve como eu falar nada.

O fato de estar guardando armas em sua residência sem qualquer autorização legal, não fez com que ele enxergasse estar envolvido com a organização criminosa local, mesmo sendo preso por essa ação. Álvaro entende que foi um erro ter sido fraco em ajudar seu amigo, mas não compreende como erro a atitude de guardar as armas em sua residência, como se o crime cometido foi o ato de ter ajudado outra pessoa.

Álvaro diz ter saído mudado da prisão, focado em cuidar de sua família, tinha sido uma experiência que ele não queria mais que se repetisse, por isso, montou sua barbearia e começou a focar em seu negócio para que os prejuízos gerados por sua prisão fossem sanados:

Antes de entrar na prisão eu já considerava que estava no mundo do crime, até porque eu não fiquei tanto tempo nessa vida, porque eu sabia que não era uma vida pra mim, que não era uma vida certa. Eu sabia do que podia acontecer ou não. Antes eu falei “eu não quero mais, eu não quero essa vida mais”, aí montei meu negócio, fiquei tranquilo, trabalhando. A gente sai querendo totalmente ao contrário, todos, pode ser do maior ao menor, sai com outra mente. Nem todos, tem uns que sai de lá com a mente totalmente cheio de ódio, querendo matar, destruir o mundo o mesmo, e tem muitos que saem mudados. Eu nesse tempo aí, saí querendo cuidar da minha família. “João” era novinho na época, era neném, eu saí querendo mudança, saí dizendo que não ia ajudar mais ninguém, porque até então eu tinha ido ajudar uma pessoa, nessa primeira cadeia, atrapalhando a minha vida, tomei um prejuízo de mais de cinco mil reais, tendo que pagar serviço comunitário hoje em dia, paguei multa de mil e tal, cesta básica de dois mil e tal, só prejuízo, só perdi com isso.

Com dívidas, filho pequeno e esposa para sustentar, Álvaro viu que sua barbearia não estava rendendo frutos suficientes ao seu sustento, por isso, começou a se envolver com o tráfico de drogas na comunidade, iludido pela ideia de que ganharia dinheiro fácil, sem pensar nas consequências que isso traria para sua vida:

As coisas foram apertando para o meu lado, com aluguel, com filho e tal. Aí a gente acaba vendo coisas que acha que é fácil, aí acabei me envolvendo achando que o dinheiro ia vir fácil, mas nunca foi fácil, nunca vai ser fácil. Então foi isso, acabei me envolvendo, querendo dinheiro, querendo uma condição de vida melhor pra minha família, não me envolvendo com a facção, mas querendo me envolver em prol do dinheiro. A facção mesmo eu nunca fui de levantar bandeira, nunca fui de ficar em guerra com outros caras de outras áreas, nunca fui, isso nunca entrou na minha cabeça e nunca vai entrar. Foi mesmo as questões das condições que puxou muito, fiquei enrolado, vendo minha família perecer, querendo certo tipo de coisa que não tinha como ter. Aí você vai ali e consegue um dinheiro com dois ou três minutos às vezes e acha que aquilo supriu. Eu parei logo de traficar, não fiquei por muito tempo não, mas isso que me fez levar até a outra prisão. Eu não estava aguentando aquela vida, não tinha psicológico pra viver com medo de ser preso o tempo todo. Eu queria minha família bem acima de tudo.

Mesmo já tendo sido preso anteriormente, foi apenas neste momento que ele passou a se enxergar envolvido com práticas criminosas, ainda que não se

considerasse membro da facção criminosa atuante na localidade, o objetivo dele era apenas ganhar dinheiro e não assumir funções que o colocassem em posição de destaque dentro da facção.

Antes de ser levado preso novamente, Álvaro relata que já tinha parado de traficar, pois estava preocupado com a sua família e não estava conseguindo lidar com a pressão psicológica que estar traficando e a possibilidade de novamente ser preso e ter que deixar sua família. Porém, o fato de parar de traficar não o isentou das condutas criminosas praticadas no passado, levando-o novamente ao sistema penitenciário:

Devido já ter acontecido antes muitas coisas, por polícias já descobrir certo tipo de coisa, denúncias e tal, mesmo a gente parando, ficando tranquilo hoje, isso conta muito no passado pra eles, então foi isso que aconteceu comigo. Quando eu parei, pra mim não era suficiente, porque eles já estavam planejando em prender a gente, me prender no caso. Aí foi isso que aconteceu, eu parei, fiquei tranquilo, trabalhando e tal, correndo atrás, mas o que foi feito estava feito, não apaga o passado.

Apesar de Álvaro ter outras anotações criminais e condenações por tráfico de entorpecentes, ao todo ele foi preso por três vezes, nas duas últimas foi acusado de tráfico de drogas e associação para o tráfico. Na verdade, elas foram em decorrência de um mesmo processo, uma operação policial que acabou levando ao cárcere dezenas de pessoas identificadas através de denúncias, escutas policiais e quebra de sigilo telefônico que estavam acontecendo durante algum tempo:

Aí acharam as coisas, os policiais acharam algumas drogas, mas não me prenderam, aí veio a temporária, me soltaram da temporária. Em seguida, foi tipo no mesmo processo, que veio essa operação gólgota, me encaixaram nessa operação, na verdade, devido aos meus antecedentes criminas, devido ao meu passado.

Eu fui preso três vezes. Foi essa de 2014. Em 2014 na verdade foi duas vezes, uma na prisão temporária, aí eu fiquei 30 dias, o advogado conseguiu um alvará, mas ele mesmo me assustou, na mesma época, foi um mês antes ele falou “vou te soltar, mas o delegado falou que corre o risco de te prender de novo, lá dentro da penitenciária mesmo, aqui em Itaperuna”. Aí eu falei “não entendi, você vai me soltar e depois me prender de novo?” Aí ele disse que corre o risco disso acontecer. Eu saí já com aquele receio, já to saindo e será que vou ser preso de novo? E saí tranquilo, com a cabeça no lugar, pensei bastante,

fiquei 30 dias no isolamento, é um cubículozinho pequeno demais, menor que um banheiro, ridículo, meu Deus do céu, muitas pessoas se suicidaram lá dentro, não sei como. Isso passa na nossa cabeça, não vou te negar não, passa na nossa cabeça quando a gente chega lá e vê certos de tipos de coisas, o ambiente como é, a forma do tratamento que é algo de outro mundo, de mundo nenhum na verdade, porque é muito ruim, cara. Aí graças a Deus as coisas mudou, hoje em dia a minha vida é outra, só tenho a agradecer a Deus mesmo. Acabou que aconteceu isso no dia 25 de setembro, lembro como se fosse hoje, de 2014. Aí aconteceu a operação. Operação dentro da minha casa, todo mundo que tinha um veículo foram presos, só o meu que não, porque eles sabiam que era pago, que eu trabalhei pra ter ele e tal. Eles nem implicaram, mas me levaram porque era pra cumprir o “mandato”, entendeu? Fiquei 4 anos, quatro não, faltava uma semana pra completar 4 anos, foi essas três que me deixou bastante abalado.

Ao longo dos quatro anos em que estive preso, Álvaro presenciou diversas situações que o deixaram abalado ao ponto de quando tem a oportunidade de conversar com seus amigos sobre sua experiência, deixa claro o quanto a situação vivida dentro das penitenciárias é degradante e aconselha que eles nunca façam nada que os levem até lá:

Não vou falar que todo homem precisa passar por isso, porque aquilo lá não é lugar pra ninguém, depois que eu saí de lá eu falo pra alguns amigos meus “oh, não vai pra um lugar daquele, não procure um lugar daquele, eu prefiro que você morra do que vá pra um lugar daquele”. Aí muitos assustavam quando eu falava isso, o que eu passei lá dentro eu não desejo a ninguém.

Álvaro relata que nunca sofreu agressões físicas por parte dos agentes penitenciários ou até mesmo por outros detentos enquanto estive preso, mas que ele via isso acontecer com muita frequência. Não obstante ao fato dele não ter sido agredido, garante que o tratamento que todos recebem dentro da prisão é como se fossem animais e não pessoas e que esses maus-tratos eram vivenciados também por seus familiares:

Foi mil vezes pior do que a gente vê em filme, novela e tal, mil vezes pior, a forma de tratamento. Não me bateram, vou ser sincero pra você, não me bateram como eu vi muitos apanhando, mas desde o momento que você entra você é tratado como um animal, falta pouco eles te agarrar e te

amarrar e te colocar ali. Pra eles a gente somos igual cachorro, a gente é tratado como um bicho selvagem, é muito ruim e aquilo foi mexendo muito comigo, desde quando entrei eu falei que não queria isso na minha vida. Você vê eles te maltratando, maltratando sua família, sua família indo lá te levar alimentos, roupas, eles reviram tudo, jogam tudo para o alto, rasgam tudo, maltratam nossa família, muitos molestam, fazem o que puder. Tratam como se nossa família também não presta porque está indo lá ver um detendo, então pra eles a gente devia ficar ali mofando, porque pra eles quanto mais gente tiver melhor, pra gente que não.

Ainda que exista um presídio na cidade em que moramos, Álvaro também passou por diferentes penitenciárias do Estado do Rio de Janeiro e que cada uma delas tem suas particularidades. O motivo de sua transferência para unidades diferentes era porque em seu processo constava a acusação de que ele era associado à determinada facção criminosa e por isso deveria permanecer em um ambiente em que todos os detentos fossem da mesma facção, para sua própria segurança:

Fiquei preso aqui em Itaperuna e depois fui pra fora, fui pra Magé e depois pra Bangu. Fiquei mais tempo em Bangu, Magé e Bangu. Tem muitas diferenças entre a prisão de Itaperuna para as de lá de cima. Até porque a prisão que eu fui, a primeira eu tirei aqui, a primeira eu fiquei 8 dias na prisão das armas porque eu não quis descer, desce quem tem facção, quem assina facção. Nessa não, eu fiquei aqui, uma prisão neutra, mais seguro, para os estupradores, quem não tem facção, fica tudo por aqui. Falam que não tem facção, mas não é bem assim, isso é só no papel, neutro é só no papel, porque lá dentro o sistema é outro, na cadeia de Itaperuna a maioria dos caras está envolvido com outra facção, do Terceiro Comando, eles vão tudo para ali, por isso que a maioria dos caras do Comando Vermelho não ficam aqui, vão tudo para o Rio, aí eles assinam a facção e descem. Aí na segunda eu fiquei aqui porque era temporária, eu tinha que esperar a temporária acabar pra subir ou descer, no caso pra Bangu. Mas na terceira já não, na operação de 2014, como já era uma operação do Comando Vermelho, já veio decretado ter que descer, eu até pedi, falei que não queria descer, que eu não tinha facção, mas o diretor chegou e falou que não, que todos que foram presos na operação já estavam na planilha pra descer. Fiquei uns quatro anos lá embaixo.

Dentre as várias experiências vividas por ele no cárcere, conta que foi obrigado pelos chefes do tráfico a fazer greve de fome por vários dias como forma

de reivindicar melhores condições de tratamento em todas as cadeias do Rio de Janeiro. Ele relata que foi uma situação marcante, uma vez que por mais que ele tenha passado por dificuldades na vida, dificuldades que o levaram a prática de delitos, nunca tinha passado fome, o que o levou a refletir muito sobre a forma como estava vivendo naquele momento:

Eu passei greve de fome, eu cheguei a ficar uma semana sem comer num lugar daquele, só passando a água, uma água ruim toda poluída que eles dão pra gente beber, e tem que beber, se não você morre de sede. Só água, sal e açúcar, a gente fazia balas de açúcar pra ficar comendo durante o dia. Isso acabou comigo, eu nunca tinha passado fome, mesmo com todas as dificuldades. Fiz certas coisas pra melhor de vida e olha o ponto que cheguei. Mas foi uma greve de fome que a gente foi obrigado a fazer, quem não fizesse teria que sair da cadeia, foi uma coisa dos caras da facção, que é liderança da facção, os caras "X" e "Y", esses caras aí mandou pra todas as cadeias. No caso, a cadeia que eu estava era do Comando Vermelho, aí todos nós tinha que fazer essa greve, em prol a eles, e em prol ao tratamento que todos estavam tendo nas cadeias do Rio de Janeiro a fora, tipo um protesto, mas não adiantou em nada, porque eles queriam melhoria pra eles e pra gente também, e a melhoria não veio pra ninguém. Fizemos a greve de fome atoa, vi muita gente morrendo, muita gente, muito idoso que tem nessas cadeias aí, vi morrendo, vi amigos também morrendo, era uma coisa muito desumana esse tipo de coisa que vinha acontecendo.

Álvaro tira como lição de vida cada segundo que viveu dentro das penitenciárias e relata que embora lá dentro todos tentem colocar em sua cabeça que você é um bandido, um criminoso e até mesmo violento, ele se apagava ao pensamento de que não era essa vida que ele queria levar e dar para os seus filhos e familiares, que sua transformação começou ainda no cárcere:

Eu fui um cara que fui preso com três revólveres, nunca em Itaperuna alguém foi preso com três revólveres no mesmo dia, no mesmo local, na mesma hora, então isso puxou muito pra eles. Pra eles eu sou tido como um dos traficantes piores do morro, pra eles né, pra gente mesmo quem me conhece sabe quem eu sou. Eles tentam colocar isso na nossa cabeça de qualquer jeito, Ficam te chamando de bandido, de criminoso, eu não sou isso. Errei? Errei, mas todo mundo tem direito de recomeçar a sua vida, tem direito a mudar, e é o que eu luto até hoje pra isso, pra sempre querer essa mudança, não pra

mostrar pra eles que eu mudei, mas pra mim mesmo. Não quero que meus filhos escutem ninguém me chamando dessas coisas. Isso é uma coisa que eu me cobro muito, todos os dias quando eu levanto eu falo: Hoje sou um novo homem, vou dar o melhor pra minha família, vou lutar, vou batalhar, tenho certeza que quando eu voltar pra dentro de casa com um pouquinho eles vão se alegrar de mim, vão ver o que eu tô sendo homem de verdade. Graças a Deus eu estou conseguindo.

Segundo Álvaro, uma das coisas mais difíceis da prisão é a convivência, uma vez que você é obrigado a viver o crime 24h por dia, tendo que ficar em alerta o tempo todo, vigiando não só os agentes penitenciários, como também os outros detentos que são, na verdade, falsos amigos:

A convivência é difícil, uma das piores coisas, lá dentro da cadeia é difícil tirar, porque lá dentro você vive 24h o crime, você acorda no crime e dorme no crime. Você dormindo você tem que dormir com um olho fechado e outro aberto, porque qualquer hora ali os agentes penitenciários vem, de uma forma super arrogante, jogando todo mundo para o alto, agredindo, fazendo coisas que só Deus sabe. Lá dentro é o lugar que você vive o crime 24h, na rua não. Na rua você vive o crime quando está na boca de fumo, ali não, ali você vive 24h, tem que acordar e dormir vigiando, você não sabe quem está do seu lado, tem que vigiar os policias, no caso os funcionários, o agente penitenciário, certos tipos de amigos, que falam que é amigo, mas a gente sabe que nunca foi e que nunca vai ser.

Perguntado se ele considerava a cadeia como uma escola para o crime a resposta dada foi negativa, contudo, a justificativa apresentada se mostra contraditória. Para ele, o homem só consegue ser transformado por ele mesmo e o ambiente não é capaz de fazer isso, mas ao mesmo tempo relata que dentro da cadeia você é ensinado a praticar vários crimes, mas que muita coisa vem da vivência do lado de fora:

Não acho que a cadeia é uma escola para o crime, mas lá dentro você aprende muita coisa que não deve, muito sobre o crime na verdade. Quando você chega eles falam pra você que a cadeia é a continuação da rua, olha que doideira, porque lá dentro você vê de tudo, tudo o que tem aqui fora você vê lá dentro, todo tipo de droga, você só não vê arma de fogo, porque ainda não tem gente pra pagar o que eles pedem pra

por lá dentro. Igual aconteceu uma vez em Bangu I, os caras pagou 1 milhão de reais para os caras colocar fuzil, pistola, tudo lá dentro, e conseguiu, teve até uma rebelião lá uma vez, há muito tempo atrás. Porque se pagar eles vão por. Não é uma escola, mas é uma coisa que você entra e lá tem que vigiar muito, tem que orar muito, porque você sai dali transformado, cadeia não muda ninguém, o que muda mesmo é o próprio ser humano, é o próprio homem, eu penso dessa forma. Ali dentro você aprende sim, coisas boas e coisas ruins, mas a maioria são coisas que não deve. Eles te ensinam a matar, a traficar, a guardar, a mexer com arma mesmo não tendo, eles só te ensinam esse tipo de coisa. O dia inteiro falando de drogas, de armas, de assassinatos, de roubo, só isso, então você aprende um pouco sim, mas acho que tudo já vem aqui de fora.

Sobre o objetivo da prisão de ressocializar os detentos, Álvaro afirma que cadeia nenhuma nunca ressocializou ninguém e nunca vai ressocializar, e que muitas pessoas estão dentro de penitenciárias sem necessidade e que punir aprisionando não é a melhor forma. Novamente ele faz afirmações de que a prisão não traz qualquer mudança positiva para os presos, mas sim gera sentimentos ruins como raiva, revolta e vingança:

Ressocializar só está no papel. Nunca aconteceu e nunca vai acontecer. Aquilo ali é lugar pra psicopata, cadeia é lugar pra psicopata, pra gente fora do comum, acho que sei lá. Eu ficava imaginando o que levaria um homem a ficar lá dentro. Às vezes eu via gente indo preso por coisa que nem deveria estar lá, mas estava não sei o porquê. Ressocializar nunca, aquilo ali não muda, só faz o cara ser pior cada dia mais, essa que é a verdade. Se você matou e foi preso, você vai querer sair dali matando mais dez, essa que é a verdade, porque não ajuda de jeito nenhum, só atrapalha. Só faz o homem querer coisas ruins tanto pra vida dele quando pra quem está na frente dele. A maioria dos que sai de lá, sai falando que vai voltar, que vai meter a mão mesmo, que vai roubar, que vai matar, que vai destruir, é só isso que você escuta. Só te faz ter sentimentos ruins, revolta a pessoa, dá raiva, você quer vingança. Você não escuta ninguém falar que vai sair e procurar uma igreja, são poucos, no meio de 10 tem 1 que salva, é essa a matemática. E esse 1 se tiver uma raiva, ele volta, volta a pensar em matar, em traficar, o sistema é isso, o sistema não ajuda ninguém. A forma que eles tentam querer ajudar está totalmente errado. Eles inventaram o sistema como uma forma deles ganharem dinheiro, não vejo outra saída não. Existem mil e uma formas de punir um criminoso, não sei se a cadeia seria a melhor

opção, só se for pra eles são né, mas pra mim, acho que não, tem mil e uma formas de querer punir.

Após sua saída da última prisão, Álvaro narra que recebeu várias propostas pra continuar traficando e que ainda recebe, que de várias formas tentaram o iludir novamente com a promessa de que ficaria bem de vida. Disse ainda, que apesar de muitos acharem que os egressos são obrigados pelos chefes a continuarem contribuindo para o tráfico, isso não aconteceu no caso dele, pelo contrário, aceitam sua resposta, mas as ofertas são constantemente reiteradas:

Quando eu saí, sofri pressão sim, a bandeja eles vão sempre oferecer, vão falar que você vai ficar assim, vai ficar assado, que você vai ganhar tanto, que você vai ganhar isso, que você vai ter isso, eles te dão o que você imaginar. Até então eu tive, eu não né, uns tempos atrás o cara dono do morro veio me procurar falando que estava precisando de mim, assim que eu saí, que estava precisando de mim, que eu era um cara inteligente, que eu servia para aquilo, que os que estavam não estavam dando conta e tal, mas na mesma hora eu falei que aquilo não era pra mim, que aquilo não era minha vida, que eu não nasci para aquilo. Ele aceitou numa boa, tinha que aceitar, era uma escolha minha, mas eles te davam mil e uma formas pra você continuar. Não me forçaram, essa história de que eles forçam na maioria das vezes é mentira, você fica porque quer. Bandeja eles vão te dar, vão te oferecer sim, você começa vendendo, como vapor, mas quando você sai, ele já está te oferecendo uma gerência. Tem que ter a cabeça no lugar.

Para Álvaro, a transformação vem de dentro para fora e o fator mais importante é não querer mais se ver em determinada situação. Durante suas prisões, ele viu que nada do que tinha feito como tentativa de melhorar de vida tinha garantido o efeito esperado, e sim o puxado para situações cada vez mais degradantes e humilhantes.

Hoje em dia, ele afirma que é outra pessoa, que sua vida é totalmente diferente da que vivia antes e tem se afastado de tudo aquilo que pode influenciá-lo negativamente e que o medo da possibilidade de viver tudo de novo o faz seguir firme em seus objetivos:

Quando eu entrei em todas as penitenciárias e já sabia que eu ia sair outro homem, que eu nunca mais ia querer. Eu falo pra você que até hoje, graças a Deus, eu nunca mais precisei colocar a mão em droga, nunca mais precisei me envolver com certo tipo de cara. Minha vida é totalmente outra, não estou

indo na igreja, esse é um dos erros que mais me pesa, vou falar a verdade pra você, de estar afastado, mas em relação a essa vida do crime nunca mais, graças a Deus, nunca mais, e eu tenho medo de certos tipos de pessoas chegarem perto de mim, com certos tipos de assuntos, às vezes tiver portando algum tipo de droga, eu tenho medo, medo mesmo, meu corpo arrepiava se alguém falar algo assim comigo, é isso que eu penso. Não sei se é medo de ir parar lá dentro, não sei se é medo de me envolver de novo, só sei que esse medo vai fazer com que eu viva bastante tempo. O medo é o que nos mantém vivo, disposto a encarar com dignidade tudo o que for preciso. Eu me arrepio, eu tenho medo de parar em certos tipo de lugares e falar com certos tipo de pessoas, mesmo sendo amigo de infância. O que mais me dói mesmo é ter que às vezes igual, eu tive que mudar, há um tempo atrás eu estava pensando em mudar de novo aqui pra perto da minha mãe, aí essas coisas que tem acontecido no morro me fez voltar atrás e pensar que nunca mais vou voltar pra cá. Agora aqui é um lugar que só venho de passagem. O que me faz vir aqui é minha avó e minha mãe, hoje em dia eu me afastei disso porque eu sei que mesmo a gente não estando envolvido, mesmo só estando perto, conversando, eles podem imaginar coisas que não devem e eu procuro evitar isso.

Com a vida marcada por lembranças de tempos dolorosos e tempos perdidos que poderiam ter sido vividos ao lado de seus filhos que cresceram sem a sua presença, Álvaro mostra que a palavra “arrepender” não tem significado suficiente para suprir todos os sentimentos que ele tem a respeito de sua trajetória no mundo do crime:

Arrepender é pouco, tinha que inventar uma outra palavra pra isso, nada se compara aquilo que a gente vive lá dentro, nada. Eu perdi o crescimento dos meus filhos, perdi todo esse tempo sofrendo lá dentro. Com certeza eu me arrependo das decisões que tomei, vou me arrepender para o resto da vida, mas arrependimento é pouco, a gente tem que pensar mais do que isso, pra poder tocar pra frente, a gente nunca vai esquecer o que passou lá dentro, mas tem que mudar né, fazer diferente. Hoje em dia eu vivo não é pra mostrar pra ninguém que eu mudei, mostro pra mim mesmo, cada dia que passa, cada dia que eu acordo, eu falo que hoje estou determinado a mudar, a dar o meu melhor e é isso. Deus tem me dado forças.

Em várias oportunidades durante todas as nossas conversas, Álvaro fez referência a Deus e a igreja como sendo parte de sua vida. Questionado sobre a

influência da religião na sua vida, deixou claro a importância que a religiosidade teve durante toda a trajetória de sua vida, seja na infância e até mesmo durante o cárcere. Ele, inclusive, lembrou-se com gratidão das vezes em que eu enviei uma bíblia e diversas revistas de estudos bíblicos para que ele lesse e refletisse enquanto cumpria sua pena:

Muita coisa. Influenciou muito. Um homem sem Deus não é homem, começa por aí. Sem Deus a gente não é nada. Eu aprendi isso desde criança, a gente é nascido e criado na igreja, a gente sabia que tudo que a gente fazia ou não, o que era certo ou errado, fazia por teimosia, mas me influenciou muito, tanto aqui fora quanto lá dentro. Lá dentro mesmo a gente conhecia muitas pessoas que não sabiam nada da bíblia, que não conhecia Jesus, que às vezes servia a outro Deus. Eu pude compartilhar isso com muita gente, muita gente mesmo e foi maneiro, porque eu vi muitos mudando de vida através disso, o que me alegrou bastante, mesmo estando lá foi maneiro de ter a oportunidade de falar isso para certas pessoas, igual eles lá, muita gente que nunca ouviu falar de Deus, que nunca foi numa igreja, entendeu? Aí passaram a ir, lá dentro tinha culto, muitos mudaram, porque lá tem certo tipo de galeria que são como igrejas, lá o tratamento é todo como se você estivesse dentro de uma igreja. Isso também graças a bíblia que você me enviou, todas aquelas revistas também, me ajudaram demais lá dentro, nunca vou esquecer disso e de todos os recados que me mandava. Fazia eu seguir firme, sabia que você estava ajudando a minha família. Fez muita coisa que não era obrigação sua, fez somente por amor a minha família. Quando eu saí você foi lá em casa e me abraçou, nunca vou esquecer as coisas que disse pra mim, sabe?

Durante todo o período de acompanhamento que fiz com Álvaro, este sempre se mostrou grato a sua família por, apesar de seus erros, sempre ter estado ao seu lado, fazendo com que o período em que permaneceu privado de liberdade fosse o melhor possível. Ele relata que sua mãe e irmãs nunca deixaram de visitá-lo, mesmo com toda distância entre a cidade onde moram e a localidade onde ficou preso. Sempre levam comidas e suprimentos e não deixavam com que ele se sentisse abandonado ou sozinho e, principalmente, acreditavam em sua mudança, que tudo aquilo passaria e ele sairia daqui transformado:

Minha família me visitava com frequência, minha mãe de 15 em 15 me visitava, mesmo sem conhecer o Rio de Janeiro ela ia,

pegava um ônibus e parava em Magé, só Deus sabe como, é muito longe e cansativo. A gente tinha o contato porque todos os lugares tem telefone, a gente tinha contato com a nossa família, ficava preocupado a gente ligava pra saber onde estava, onde que parou, que ônibus que pegou e tal, mas a minha família não me abandonou, graças a Deus sempre esteve comigo, até o final, tanto minha mãe, quanto minhas irmãs, e a “Manoela”, minha mulher. A “Manoela” eu conheci no final, bem no finalzinho, faltando uns nove meses pra eu sair, aí ela também passou a ir de 15 em 15 dias certinho, nunca deixou de ir e hoje em dia a gente está aí com a nossa família, nossa filha de 3 meses. A visita é fundamental, sem eles eu não sei o que seria de mim não, vou ser sincero pra você, porque lá dentro pra você comer bem, dormir bem, pra você ter uma roupa, tem que vir de fora, e pra vir de fora tem que ser de quem ama, então nesse caso só a família mesmo, mais ninguém. Amigo esquece, aquele que fala que é fechamento esquece, então é só eles. Eu só tenho a agradecer por eles serem minha família. O que mais me marca é que eles estiveram do meu lado o tempo todo, acreditaram em mim, sempre me apoiou, mesmo quando eu errei, eles nunca viraram as costas pra mim, falaram que iam estar comigo até o fim, que sabiam da minha mudança, que eu ia sair outro homem e graças a Deus saí né, eu acho que saí né. Pra mim foi muito importante ter o amor da minha mãe, da minha mulher, dos meus filhos, das minhas irmãs, isso foi essencial.

O pós-cárcere não foi nada fácil, de acordo com Álvaro, nada do que você vive dentro de uma instituição penitenciária é capaz de trazer frutos positivos para vida de alguém. Além da mancha que fica na vida de quem passa pela prisão, ficam marcas no psicológico também, não te dão aparato nenhum para ser curado dessa experiência:

Eu tenho pesadelos até hoje, e já tem mais de dois anos que estou na rua. Às vezes eu estou dormindo e escuto um barulho ou minha mulher me encosta durante a noite e eu grito desesperado, achando que tem alguma coisa acontecendo comigo, como se eu ainda estivesse preso naquele inferno. Desculpa a palavra, mas é a verdade, aquele lugar só serve para destruir seu psicológico, manchar sua honra, só traz coisas negativas, mais nada.

Álvaro consegue descrever várias consequências e dilemas que passou a enfrentar depois de sua prisão e uma delas é a carga de ser chamado de ex-presidiário, uma expressão que é capaz de mudar todos os seus planos, pois a partir

do momento que você passa pela prisão, você tem que moldar seus atos constantemente para que você consiga viver com o mínimo de dignidade:

É absurdo como uma palavra, um adjetivo, sei lá, como ex-presidiário pode arrancar tantas coisas da sua vida, tira de você tantas oportunidades, provoca olhares maldosos, duvidosos e até de medo. Me machuca ser visto assim, como se meu erro moldasse quem eu sou de verdade, quem eu sou por dentro. Tenho que tomar cuidado com tudo o que eu faço, não posso andar com pressa na rua, porque se uma viatura passar por mim, os caras já vão achar que eu fiz alguma coisa errada. É um peso muito grande lidar com isso. Estou marcado para sempre.

Ele conta que quando as pessoas ficam sabendo de sua história, deixam de dar oportunidades e esquecem todas as qualidades, toda a sua formação acadêmica, sua experiência com determinados trabalhos, muitas portas são fechadas em razão de um erro cometido ao longo de anos:

Tem patrão que antes de contratar já pede sua certidão de antecedentes criminais, quando me pedem eu já nem levo, porque eu sei que vou perder a oportunidade, sabe? Sinto até vergonha de levar um papel daquele. Mas as pessoas esquecem que eu sou pai, tenho família, e que tenho que sustentar todo mundo. Por isso estou tendo que me virar como autônomo, cortando cabelo dos outros, do pessoal que me conhece desde criança mesmo, aqui do morro, ganhando de pouquinho em pouquinho. Ser preso é o tipo de erro que você não pode cometer, porque acaba com toda a sua vida. Não importa se eu sou um bom pintor, um bom pedreiro, um bom eletricista, para todo mundo eu sou um ex-presidiário.

Álvaro expõe que muitos de seus amigos reincidiram em práticas criminosas por causa da falta de oportunidades, uma vez que foram jogados de volta na sociedade sem qualquer garantia de moradia, alimento e emprego. Há uma grande dificuldade em tomar as rédeas da vida quando a sociedade julga e condena eternamente aqueles que por um descuido ou até mesmo pelas condições em que vivem, foram levados ao erro:

Acho que uns 80% dos meus amigos voltaram a ser presos porque acabava sendo o único jeito de conseguir dinheiro. Ninguém dá emprego pra gente. Aí a gente acaba vendo nossa família passando necessidade. Os caras te jogam na rua e não querem saber como você vai se virar pra sobreviver. Da porta pra fora é você e Deus. Eu ainda tive sorte de ter uma profissão que eu posso trabalhar sozinho. Eu pego minha máquina e minha tesoura e em qualquer espacinho eu consigo

ganhar meus “trocadinhos”. Mas quem não tem como fazer isso acaba errando de novo, no desespero mesmo, é o famoso “Ou mata, ou morre.”

Diante de todo o apanhado de dados coletados durante o período de acompanhamento de Álvaro, pude perceber que mesmo tendo vivido próximo a ele e sua família todas as fases que aqui foram narradas, eu não tinha a real noção da sua trajetória de vida. Saber de todos os acontecimentos a partir da perspectiva do autor da história fez com que eu enxergasse vertentes que antes não passavam pela minha cabeça.

Por mais que eu escutasse as lamentações de sua família e as histórias que me eram contadas, estive por muito tempo apegada a dados processuais, a fatos narrados em denúncias e procedimentos policiais. São narrativas diferentes. Antes dessa pesquisa, estive preocupada em realizar uma análise puramente objetiva, ao passo que neste momento, vejo o outro lado da moeda, o lado subjetivo, o lado dotado de motivações e sentimentos.

A história de vida de Álvaro muito se aproxima da história de milhares de brasileiros que passam pelo sistema prisional, não se trata de um caso isolado, mas sim, um caso que se repete diariamente em um país que não tem dado a estrutura necessária para que determinadas ações nem sejam consideradas como opção. A busca por qualidade de vida não deve abarcar como hipótese a prática de condutas criminosas que acabam levando ao cárcere sujeitos sedentos por uma vida digna.

Assim como Álvaro sofreu grandes transformações em seu eu desde o seu nascimento até agora, eu também saio transformada deste um ano de acompanhamento, de modo que passei a desenvolver minha atividade advocatícia de forma diferente. Pode-se dizer que dei lugar a sentimentos e preocupações que anteriormente eu fazia questão de afastar do meu trabalho, no entanto, ao enxergar esta nova perspectiva, percebi que são essenciais a defesa da dignidade e da liberdade, vez que ouvir a trajetória de vida é imprescindível não só para construção manifestações orais e escritas, como para relação advogado-cliente.

Até aqui, esta é a trajetória de vida de Álvaro, marcada por experiências que o formaram e transformaram no sujeito que é hoje. Este é Álvaro, filho amado por seus pais, pai dedicado aos seus filhos e sobrevivente do sistema carcerário.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou compreender os dilemas enfrentados pelos egressos do sistema prisional através de uma análise das interações sociais a que são submetidos ao longo dos anos e das diferentes experiências vivenciadas durante suas trajetórias.

Para isso foi realizada pesquisa bibliográfica com o objetivo de explicar o processo de construção social dos indivíduos e de suas identidades a partir do entendimento de diferentes autores como Edgar Morin, Zygmunt Bauman, Bourdieu e outros. Autores estes que permitiram entender a importância da interação social/socialização e das experiências ao longo da vida para formação do sujeito que está em constante transformação, promovendo a construção de diferentes identidades e papéis sociais.

No Brasil, parte dos jovens passa pelo processo de formação de identidade rodeada de desigualdades sociais que limitam as oportunidades de vida e, conseqüentemente, influenciam na tomada de decisões, obrigando-os a desempenharem papéis diante do drama cotidiano em que vivem. A entrada no mundo do crime muitas das vezes representa o resultado dessa limitação de oportunidades que permeia parte da população brasileira, associada a fatores como história de vida, ambiente em que vive, condição financeira e violência.

As leis penais passam por modificações constantes, no entanto, a teoria e a prática possuem grandes diferenças, vez que o encarceramento tem sido efetuado como solução para violência e o combate de práticas delituosas mesmo que existam outros modos de manter o controle social e proteger os direitos e garantias fundamentais.

Por essa razão, o número de ingressos no sistema carcerário tem sofrido aumento exponencial ao longo dos anos, de forma que o índice de superlotação chegou a 166% nos últimos anos e a taxa de reincidência atingiu 42%, tornando o Brasil o terceiro país com maior população prisional.

De acordo com os dados coletados ao longo da pesquisa, verificou-se que o objetivo de humanização da execução da pena não vem sendo cumprido, vez que enquanto permanecem presos, os condenados não passam pelo processo de ressocialização, bem como não são preparados para reinserção no meio social de forma adequada.

Dessa forma, o encarceramento resulta em consequências não só relativas ao papel social do indivíduo, mas também produz impactos em sua subjetividade, pois as condições de vida vivenciadas no pré-cárcere acabam sendo intensificadas junto às vulnerabilidades e desigualdades que o rodeiam, produzindo processos de estigmatização e sujeição criminal.

Em virtude dos argumentos trazidos ao longo da pesquisa e a sua inspiração etnográfica, a história de Álvaro foi narrada a partir de um acompanhamento temporal/longitudinal capaz de identificar as constantes transformações ocorridas em sua vida através da análise de sua trajetória de vida e os dilemas enfrentados após passar pela experiência do cárcere, sendo certo que, analisar a história de vida de Álvaro é entender a história de outros milhares de sujeitos.

Conclui-se, portanto, que esta pesquisa discutiu um tema não debatido de forma suficiente no meio acadêmico brasileiro, apesar de sua relevância nacional. De modo que se percebeu a desídia do Poder Público, até mesmo no plano legislativo, uma vez que os egressos do sistema prisional apenas são relevantes até o momento em que ainda estão inseridos no sistema, esquecendo-se dos impactos e transformações causadas nos sujeitos que passam por essa experiência.

Portanto, é necessária a identificação dos desafios enfrentados pelos egressos do sistema prisional e as transformações do “eu” causadas por esta experiência social, para que sejam tomadas medidas mitigadoras da exclusão social e, ainda, para que a reinserção na sociedade seja dotada de garantias de um futuro melhor e não um quadro de reiteração de vulnerabilidades.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, Leonardo Marcondes. As muitas faces de uma máscara: Erving Goffman. Ensaios e notas, 2017. Disponível em: <https://ensaiosnotas.com/2017/03/18/as-muitas-faces-de-uma-mascara-ervin-goffman/>. Acesso em: 03 jul 2021.

ANDRÉ, Fernanda Paim Socas. História das Penas e das Prisões. Disponível em: <https://juridicocerto.com/p/fernanda-paim-socas/artigos/historia-das-penas-e-das-prisoos-4243>. Acesso em: 12 out 2021.

BARROS, Carolyne Reis. O real do egresso do sistema prisional: circulação de normas, valores e vulnerabilidades. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

BATISTA, M. (2004). Estereotipia e Representação Social: uma abordagem psicossociológica In A. Barker (Coord.). The power and persistence of stereotyping. Aveiro: Universidade de Aveiro.

CÂMARA, Helder Cavalcante; FONSECA, Ailton Siqueira de Sousa; SOUZA, Karlla Christine Araújo. NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A FORMAÇÃO DO SUJEITO EM ZIGMUNT BAUMAN E EDGAR MORIN. HOLOS, [S.l.], v. 1, p. 290-297, fev. 2014. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1621>>. Acesso em: 04 jan. 2022.

COMISSÃO DE FORMAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA DO PRESP. O egresso do sistema prisional: do estigma à inclusão social. Instituto Elo, 2013. Disponível em: <http://institutoelo.org.br/site/files/publications/6249f589266779f9bd30d6a403db544f.pdf>. Acesso em: 19 nov 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Reentradas e reiterações infracionais. Brasília: CNJ, março, 2020. Disponível em: <

<https://www.conjur.com.br/dl/panorama-reentradas-sistema.pdf> >. Acesso em: 19 nov 2020.

_____. Estatísticas. Brasília: CNJ, novembro 2020. Disponível em: <https://portalbnmp.cnj.jus.br/#/estatisticas>. Acesso em: 19 nov 2020.

CORRÊA, Diogo Silva. Anjos de fuzil: uma etnografia das relações entre pentecostalismo e vida do crime na favela Cidade de Deus. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

DA SILVA, Maria Rejane Tavares; DA SILVA, Alexandre Graciano; CELESTE16, Renata. PROBLEMAS DO CÁRCERE: BREVE ANÁLISE DA REINserÇÃO SOCIAL A PARTIR DE ERVING GOFFMAN. **CADERNO DE RESUMOS**, p. 48. Disponível em: <https://www.faculdedamas.edu.br/wp-content/uploads/2020/04/EBOOK-DO-II-COL%C3%93QUIO-DE-DIREITO-DEFINITIVO-COM-FICHA-20181.pdf#page=48>. Acesso em: 11 jan. 2022.

DOS SANTOS, Rui Junio Fonseca; DURÃES, Rafaela Gonçalves da Silva. A formação urbana da cidade de Itaperuna (RJ) e suas implicações sobre o Rio Muriaé. XVII ENANPUR. São Paulo: 2017.

DOS SANTOS, Rui Junio Fonseca. A segregação sócio-espacial na cidade de Itaperuna (RJ). Campos dos Goytacazes: Universidade Federal Fluminense, 2018.

ESPEN. A história das prisões e dos sistemas de punições. Disponível em: <http://www.espen.pr.gov.br/Pagina/historia-das-prisoos-e-dos-sistemas-de-punicoes>. Acesso em: 12 out 2021.

FERNANDES, Bruna Rafaela; RIGHETTO, Luiz Eduardo Cleto. O sistema carcerário brasileiro. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 4, n.3, p. 115- 135, 3º Trimestre de 2013. Disponível em: www.univali.br/ricc. Acesso em: 26 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GODOI, Rafael. Para uma reflexão sobre os efeitos sociais do encarceramento. Revista Brasileira de Segurança Pública, [S. l.], v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/88>. Acesso em: 11 jan. 2022.

GOFFMAN, Erving. Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. Manicômios, Prisões e Conventos. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

_____. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

GOMES, Leonardo. O colapso do sistema carcerário brasileiro. Revista Pano de Fundo, nº 3. 2015. Disponível em: <http://200-98-146-54.clouduol.com.br/bitstream/123456789/734/1/EDICAO-3--ANO-1-24-27.pdf>. Acesso em: 02 jul 2021.

LAHIRE, Bernard. A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Psk6v9crGTjWcs9QmJdLfsD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 26 dez 2021.

LOPES, Rafaelle. Desafios para a inclusão social de egressos do sistema prisional. O egresso do sistema prisional: do estigma à inclusão social. Instituto Elo, 2013. Disponível em:

<http://institutoelo.org.br/site/files/publications/6249f589266779f9bd30d6a403db544f.pdf>. Acesso em: 26 abr 2021.

MACHADO, Ana Elise B.; SOUZA, Ana Paula dos R; DE SOUZA, Mariani C. Sistema Penitenciário Brasileiro – Origem, Atualidade e Exemplos Funcionais. Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito. v. 10, n. 10, 2013. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/RFD/article/viewFile/4789/4073>. Acesso em: 26 abr 2021.

MACIEL, Diogo Barbosa; BERBEL, Gustavo dos Santos. 2015. "A representação do eu na vida cotidiana". In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/obra/representação-do-eu-na-vida-cotidiana>. Acesso em 03 jul 2021.

MARKUS, Maiara Maria; PORSCH, Mariele da Costa. Sistema Carcerário Brasileiro. Anuário Pesquisa E Extensão Unoesc São Miguel Do Oeste, 5, e24579. 2020. Disponível em: <https://unoesc.emnuvens.com.br/apeusmo/article/view/24579>. Acesso em: 02 jul 2021.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Em defesa de uma sociologia em escala individual. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 487-492.

MATTOS, Elsa de. Desenvolvimento do self na transição para a vida adulta: um estudo longitudinal com jovens baianos. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/elsa_de_mattos_tese.pdf. Acesso em: 26 dez 2021.

MEAD, G. (1967). Mind, self and society: from the standpoint of a social behaviorist. Chicago: University of Chicago Press.

MENEZES, Josefa do Espírito Santo. Panorama Histórico das Prisões. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/38632/panorama-historico-das-prisoas>. Acesso em: 12 out 2021.

MIGUEL, Lorena M. Dos S. A norma Jurídica e a realidade do sistema carcerário brasileiro. Revista Habitus – IFCS – UFRJ. v. 11, n. 1, 2013. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/34824107/190-320-1-PB.pdf?1411373917=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DA_NORMA_JURIDICA_E_A_REALIDADE_DO_SISTEM.pdf&Expires=1619619080&Signature=ZqCIDMZIW0GAoz2jXqXZAGtKBMrlscJ-qxTdAusTLa8ovZxNVO5~JG4JcBjx8oewLFZo8OZBohr2RUs3MrU-6QCKnOwqg9tp99gMCsCKR35GNxeu3ni~39E5Muc8nFLIEwTYe05dJzZPEjkCOrq2sov0uXPN7zj7UKTsXqJODCpDWPDx0~CWlyCJ7PIvqtGOGN4Wk81tl8yWPPdiouaJsp055FAQfrsjH44EvOR-EKCJG~SHB7FhCjPnbAAybhE7afmz-01ux~8c9w8bUtXs3d-5xSaqJ9zShJ-NKD1U9~StwHWKHxtUtuWsX2gBMvwFLQD~24bkxQwJY2sm-lhmnw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 26 abr 2021.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Execução Penal: comentários à Lei nº 7.210, de 11/07/1984. 11. Ed –Revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2006.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. São Paulo: Lua Nova, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n79/a03n79.pdf>. Acesso em: 19 nov 2020.

PETERS, Gabriel. A sociologia reflexiva como ferramenta de autotransformação: Pierre Bourdieu e a política. Disponível em: <http://quecazzo.blogspot.com.br/2011/04/sociologiareflexiva-como-ferramenta-de.html>. Acesso em: 26 dez 2021.

SALGUEIRO, Eliana Filipa Frazão. Presos ao Estigma: Estigma, Autoestigma e Perspectivas de Inclusão Social dos Reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Regional). Coimbra: Universidade de Coimbra, 2016.

SANTOS, Bettina Steren dos; ANTUNES, Denise Dalpiaz. Vida adulta, processos motivacionais e diversidade. Porto Alegre: Revista Educação, vol. XXX, núm. 61, janeiro-março, 2007, pp. 149-164. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/848/84806108.pdf>. Acesso em: 26 dez 2021.

STOHLIRCK, D. (2013). Em vez de prisionar, socializar. A incompatibilidade entre o encarceramento e a inserção social. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/91068/000914081.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 nov 2021.

STRAUSS, Anselm L. Espelhos e Máscaras: A busca de identidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

TEIXEIRA, César Pinheiro. A teia do Bandido: Um estudo sociológico sobre bandidos, policiais, evangélicos e agentes sociais. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.